

023ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 19DEZ2013

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): (16h13min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação Requerimento de autoria do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando a alteração da ordem de priorização para que possamos, em segundo lugar, discutir e votar o PLL nº 202/12. Após retornaremos à ordem normal. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

A SRA. JUSSARA CONY (Requerimento): Solicito a inversão da ordem de priorização de votação para que passamos, logo após o terceiro projeto, votar a Indicação nº 068/13.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento da Ver.^a Jussara Cony. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação na seguinte ordem, em virtude de pedidos que foram feitos: logo após a Indicação nº 068/13, o PLL nº 018/13 e depois PLE nº 044/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Se vocês me auxiliarem nessas discussões, principalmente aquelas que não têm muita divergência, nós poderemos vencer a nossa pauta com certa facilidade.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Cláudio Janta. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. IDENIR CECCHIM (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inversão da ordem da priorização de votação, para que passemos, após o PLL nº 202/12, à discussão e votação do PLCE nº 012/13. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Perfeito. Vereador, intercalaremos um do Governo e um da oposição.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Presidente, eu gostaria de saber se vamos ter quórum para a votação de todos os projetos dos Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Esperamos que sim, Ver. Tarciso.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, eu só quero requerer à Mesa que, respeitadas as decisões que estão ocorrendo, requeridas por vários Vereadores, seja mantida a intercalação combinada entre as Lideranças, quer dizer: vota-se um do Governo, vota-se um dos Vereadores, e aí vamos seguindo a ordem com as prioridades que foram estabelecidas pelos vários requerimentos que foram hábil e tempestivamente apresentados pelos requerentes e que foi acolhido por unanimidade no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Ver. Reginaldo Pujol, esta Mesa, desde o dia 1º de janeiro de 2013, cumpre integralmente os acordos realizados com o conjunto dos Vereadores, com o Executivo e com a sociedade. E assim vai se portar até o dia 2 de janeiro, quando assumirá o grande futuro Presidente Professor Garcia. Nós vamos votar todos os projetos, nem que tenhamos que ficar até as duas da manhã. Ficaremos!
Em discussão o PLE nº 008/13. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para discutir o PLE nº 008/013.

O SR. MÁRCIO BINS ELY: Presidente, cumprimentando V. Exa., eu cumprimento os demais Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste nas galerias, pela TVCâmara, em especial os representantes da categoria dos táxis, do Sindicato dos Taxistas, que estão acompanhando aqui esta votação. Eu quero, inicialmente, Presidente, cumprimentar o Executivo, o Secretário Cappellari, junto com a categoria, escutando a

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

Associação, escutando o Sindicato, foi sensível, junto com o Executivo, atendendo a muitas das reivindicações do Ministério Público com relação à legalização das concessões de táxi na Cidade. Acredito que, nesse processo todo, aquele avanço da legislação federal, a partir da iniciativa da Presidente Dilma, também somou e auxiliou muito na discussão da construção de uma solução para esse impasse. E eu diria, sim, Presidente, e peço aos nobres Pares, porque eu fiz uma subemenda específica e pontual relativa a um último nozinho que falta para desatar esse projeto, para que nós possamos aprová-lo redondo, deixando, enfim, todas as partes contempladas no processo.

Quero agradecer a toda a equipe técnica da EPTC, que foi sensível aos nossos apelos e à construção conjunta de todas as Lideranças da Casa no sentido de elaborar um projeto que fosse para o bem coletivo, para o bem da Cidade e que pudesse melhorar, ainda mais, o serviço de táxi às vésperas da Copa do Mundo na nossa Cidade.

Eu quero falar, então, desse último detalhezinho que falta, Ver. Villela, que é com relação aos permissionários de táxi que hoje possuem a permissão, mas que são funcionários públicos. Nós tínhamos esse debate e essa discussão desde o início das audiências públicas, nós tivemos a oportunidade de ouvir aqui várias opiniões sobre o assunto, conseguimos vencer a pauta dos inativos, que vêm a ser também os aposentados ou aqueles que, por invalidez, acabaram configurando o rol dos proprietários de placas de táxi que são servidores concursados, mas que estão inativos. Para esses todos que hoje têm placa, foi considerado como um direito adquirido, e eles permanecerão com as suas placas. Da mesma forma, o mesmo critério foi adotado para os servidores ativos. Entretanto, para os servidores ativos nós fizemos uma construção, que está posta no projeto – por isso eu emendei –, no sentido de que o funcionário ativo terá que trabalhar no táxi 20 horas. Ele terá que fazer um turno como motorista, no táxi, de 20 horas. Na realidade, se formos olhar daqui para frente, quem fizer um concurso, os novos permissionários, nós já não estamos mais admitindo servidores, nem ativos nem inativos. Entretanto, precisamos respeitar a regra do jogo para quem está jogando o jogo hoje. É mais ou menos dizer o seguinte, Vereadores: o nosso salário aqui hoje é tanto; a partir da próxima Legislatura, vai ser menos X. Mas a partir da próxima; para nós, fica valendo o tanto. Então, nós precisamos considerar que os servidores ativos, que hoje têm a sua placa, que não lhes seja imposta uma nova situação e que eles tenham que passar a trabalhar mais 20 horas no táxi, desconsiderando, digamos assim, um direito adquirido,

pág. 3

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

entre aspas, Ver. Nereu, porque, na realidade, a gente sabe que não tem direito adquirido na permissão, mas é hoje a regra que está valendo. Hoje a regra que está valendo é que o servidor ativo pode ter motoristas trabalhando no seu táxi, e não quer dizer que o motorista seja melhor ou pior do que ele dirigindo o táxi, mas ele tem esse direito adquirido. E nós estamos imputando uma nova situação a partir dessa legislação, que diz o seguinte: mesmo que tenha a placa de táxi hoje, Ver. Bernardino, sendo um servidor concursado, o senhor passa a ter que trabalhar 20 horas no táxi.

Eu acho que nós estamos ferindo um direito adquirido. Acho que, para as próximas concessões, tudo bem: servidor não pode dirigir táxi em Porto Alegre, é a lei, vamos cumpri-la. Mas hoje aqueles que compraram... Quero trazer aqui um exemplo: um servidor que é professor – temos alguns professores que estão nos acompanhando na tribuna –, ele tem um concurso de 20 horas no Município e tem um concurso de 40 horas no Estado, tem muita gente nessa situação. Como é que um professor que trabalha 60 horas por semana vai trabalhar mais 20 horas no táxi? Ele vai ter que vender a placa ou vai ter que renunciar a um concurso.

É nesse sentido que eu faço um apelo, e é nesse sentido a Subemenda nº 01, para a qual eu peço destaque aqui da tribuna, assino, se for necessário, um requerimento. Gostaria de que a Subemenda nº 01 fosse destacada e votada em separado. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLE nº 008/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa- tarde, senhoras e senhores. Eu não podia não vir a esta tribuna para falar sobre a lei geral dos táxis e uma emenda que foi apresentada pelo Sindicato dos Taxistas, o Sintáxi, o ponto fixo da rodoviária e o ponto fixo do aeroporto. Há bastante tempo, quando começou essa discussão a respeito da lei geral dos táxis, apresentada pelo Executivo, esses três ora citados aqui apresentaram uma emenda ao projeto que dizia que o serviço de transporte por táxi poderia ser contratado por meio de contato do usuário com uma operadora de teleradiotáxi ou de radiocomunicação de táxi. Isso incluiria a taxa de deslocamento da teleradiotáxi. Muito antes, senhores, do projeto que eu apresentei, foi aprovado, nesta Câmara, o Sindicato apresentou essa

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

emenda na lei geral dos táxis, reconhecendo aqui que o que eles chamam hoje de deslocamento não é o deslocamento, porque, se fosse deslocamento, eles não apresentariam uma emenda querendo regulamentar o que já existe. Então, eu venho aqui só para reafirmar o que eu sempre disse: aquele valor, que era cobrado do consumidor, de meia bandeirada, correspondente a R\$ 2,11, pertencia às empresas de teleradiotáxi, e não ao taxista. Tendo conhecimento dessa emenda apresentada pelo Sintáxi, pelo ponto fixo da rodoviária e o ponto fixo do aeroporto, com a possibilidade de essa emenda ser aprovada e ser incluída no projeto pelo Executivo, eu apresentei o meu segundo projeto, que incluía aqui dentro todas as outras formas do usuário contatar um taxista, seja através do aplicativo do celular, através de uma ligação para um ponto fixo ou de uma ligação particular para o próprio taxista. Em uma conversa com o governo, o Cappellari, da EPTC, me confirmou a retirada dessa emenda do projeto geral, fazendo valer, aqui no Município de Porto Alegre, o que a lei de minha autoria, aprovada nesta Casa, já diz, que não existe cobrança por qualquer tipo de chamada, seja ela na questão de deslocamento, que é o que o Sindicato queria colocar, ou seja ela pertencente às empresas operadoras de teleradiotáxi. Conseguimos tirar essa taxa, e hoje ela não pode mais ser cobrada.

Eu gostaria de fazer esse esclarecimento aos senhores, porque é muito importante discutir isso. Muitas vezes, o Sindicato, de maneira irresponsável, sai falando por aí que eles têm direito adquirido, quando lemos uma emenda, feita por eles, querendo regulamentar o deslocamento. Então, é minha obrigação esclarecer o povo de Porto Alegre, os taxistas que nos assistem e os que estão aqui hoje no plenário nos escutando, que a taxa de deslocamento que era cobrada nunca se referiu ao deslocamento, e sim à ligação feita para manter o imobilizado operacional das operadoras de teleradiotáxi. E essas operadoras não precisam mais desses valores, haja vista os contratos que elas possuem com os permissionários. Então, a população de Porto Alegre, o povo de Porto Alegre não tem que pagar mais essa conta. Muito obrigada a todos.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLE nº 008/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que nos assiste, funcionários desta Casa e, principalmente, os senhores taxistas, trabalhadores de táxis e sindicatos aqui presentes; quero saudar aqui também a EPTC. Durante vários períodos de discussão dentro da CUTHAB, tentamos compor ações que fossem coerentes para as duas partes. Situações que deixavam muitos funcionários e trabalhadores de táxi fora de um contexto de uma vida planejada, através da compra daquele instrumento de trabalho, muitos querendo melhorar a sua renda, e nesses eu incluo funcionários públicos, alguns funcionários públicos que obtiveram a concessão para adquirir táxi e que já labutam há muito tempo. Obtivemos um consenso, mesmo com a ingerência do Ministério Público, após uma ampla discussão; e tenho certeza de que agora o Ministério Público está vendo realmente, está participando realmente deste debate e que viu que era justo esses funcionários terem o seu ganho e outras medidas que eram de ajuste e respeitabilidade em relação a esses profissionais.

É um projeto, senhores, que foi amplamente discutido. Eu até vejo algumas situações que estavam aos 45 minutos do segundo tempo que, de repente, saem fora de um argumento que estávamos defendendo. Mas se é justo para a classe – e já conversei com alguns –, vamos votar a favor; eu votarei a favor.

Gostaria de deixar bem claro que, como Presidente da CUTHAB e individualmente como Vereador, participei intensivamente dessas negociações. Então, para que não fiquem aqui situações de projetos que vão e voltam, para que tenhamos que votar duas situações, dois projetos que tratam do mesmo assunto na mesma gestão... Existem dois sindicatos, e eu creio que atuaram intensamente nos seus filiados. Foi estudado, senhores, todo esse plano, toda essa discussão foi realmente estudada. Mas se é para o bem da categoria vamos tentar para que esse projeto seja votado plenamente e de acordo com as necessidades dessa categoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o PLE nº 008/13. (Pausa.) O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 008/13.

O SR. AIRTO FERRONATTO: Caro Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, a nossa saudação especial aos nossos taxistas, permissionários que estão conosco nesta

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

tarde. Nós todos acompanhamos a situação lá em 2010, 2011, quando, na posição do próprio Ministério Público, que encaminhava numa definição de que fossem suspensas, excluídas, extintas todas as concessões, por uma movimentação, por uma ação bastante ativa do Prefeito Fortunati se posicionando na defesa do taxista e discutindo a posição do Ministério Público, encaminhou-se, aqui em Porto Alegre, um projeto de lei em que tivemos uma grande presença de discussão. A partir disso, foram feitas algumas construções. Eu mesmo, atendendo os taxistas, segurei bastante tempo a proposta de encaminhamento e se construiu um entendimento com todos os movimentos – Executivo, Legislativo e taxistas – na defesa e na busca de um entendimento. Nós tivemos a apresentação, nesse meio, de 23 emendas de Vereadores. A partir de uma longa discussão, com a aprovação dos taxistas, nós apresentamos, eu assinei, muitos dos Srs. Vereadores também assinaram uma movimentação de emendas que suprimam as dificuldades que existiam e que atendiam as demandas dos nossos taxistas e de todos os interessados no tema. A partir daí, saiu o nosso Parecer do Ver. Reginaldo Pujol.

Estamos aqui para dizer o seguinte: vamos votar a favor do projeto, a favor das emendas apresentadas pelo Governo, Ver. Pedro Ruas, todas elas consensualizadas pelos taxistas, da Emenda nº 24 em diante – a maioria delas traz avanços positivos para a categoria. E vamos rejeitar as demais emendas e subemendas, porque, com isso, mantemos aqui o acordo que se firmou naquela reunião, e outras dificuldades e diferenças, depois vamos discutir, caso a caso, as individualidades. Portanto, as emendas, Ver. Pedro Ruas, na sua esmagadora maioria, senão todas as do Governo, trazem avanços para a categoria dos nossos permissionários de táxis, que vão permanecer com essa permissão até a morte e vão poder repassar por herança, hereditariedade aos seus sucessores, num prazo de mais 35 anos. Portanto, foi um avanço importante que tivemos, que teve também a presença muito grande do Executivo, pelo Prefeito, de nós, Vereadores, e essencialmente dos taxistas. Um abraço ao pessoal que está conosco aqui. Quero dizer que é uma vitória que tenhamos hoje a votação favorável deste projeto. E me desculpem a sinceridade, não vamos começar a votar favoravelmente à subemenda A, à emenda B, e a subemenda C, que não estava naquele acordo, porque corremos o risco de, daqui a pouco, apresentar um projeto que o próprio Ministério Público não venha a aceitar. É isso. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que solicita que seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 28 ao PLE nº 008/13.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, a Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 28 ao PLE nº 008/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 4 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**.

Eu não voto nessa Emenda, mas se votasse votaria sim. Quero que fique consignado o registro, pelo menos nas notas taquigráficas.

Consulto se há possibilidade de votarmos em bloco a Mensagem Retificativa e as Emendas nº 24, nº 25, nº 27 ao nº 39 ao PLE nº 008/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Proponho que todas elas sejam votadas em bloco, até porque são todas emendas do Governo; nós já discutimos com a categoria dos taxistas, e estão acordadas as emendas.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente, nós temos a opinião de que o ideal é não votar em bloco, porque tem emendas muito ruins, que aumentam a tarifa para a população. Eu até gostaria que o senhor nos desse cinco minutos para analisá-las, para ver se dá para votar em bloco, todas, nem que se vote contrariamente a todas. Então, sugiro a suspensão da Sessão ou votar uma a uma. Essa é a nossa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Quero fazer uma observação de que as Emendas nº 01 ao nº 23 ao PLE nº 008/13 estão prejudicadas, nos termos do art 56 do Regimento.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o Requerimento de autoria desta presidência. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 19 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, eu queria fazer uma comunicação: encontram-se aqui presentes o nosso Vice-Prefeito Sebastião Melo; o Sr. Humberto Goulart, da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio; e o Secretário André Carús.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Encontra-se também presente o Dr. Inélio Figleski, Secretário Adjunto da Saúde.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas e pela Ver.^a Fernanda Melchionna, o bloco das Emendas nº 24, nº 25, nº 27 ao nº 39 e a Mensagem Retificativa ao PLE nº 008/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

Informo que a Emenda nº 26 ao PLE nº 008/13 está prejudicada, em função da aprovação da Mensagem Retificativa.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Pedro Ruas, o PLE nº 008/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Apregoo a Emenda nº 10, de autoria do Eng^o Comassetto, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 11, de autoria do Cláudio Janta, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 12, de autoria dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 13, de autoria dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 14, de autoria dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 15, de autoria dos Vereadores Marcelo Sgarbossa e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 16, de autoria dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 17, de autoria dos Vereadores Pedro Ruas e Fernanda Melchionna, ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 18, de autoria da Ver.^a Any Ortiz, ao PLCE nº 012/13.

(O Ver. Waldir Canal assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em discussão o PLL nº 202/12. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. PEDRO RUAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste, eu pretendo ser muito breve nesta discussão, mas quero dizer que é difícil entender que, num País onde se gasta bilhões de reais em estádios, inclusive sabendo que não haverá público suficiente depois da Copa, não se tenha a possibilidade de manter em pé um estádio já construído, que poderia servir a toda a comunidade porto-alegrense e gaúcha. Este Projeto não é um projeto de desapropriação – nem poderia ser –, mas de tombamento, então não mudaria a propriedade, não interferiria no negócio Grêmio/OAS, portanto, não me parece razoável que, no nosso País, tão carente de praças esportivas, vá se abrir mão de uma que, além de tudo, é um patrimônio histórico e cultural da Cidade e do Estado. É nesse sentido o nosso Projeto, é nesse sentido o nosso voto, de aprová-lo, juntamente com a bela Emenda nº 01, da Ver.^a Sofia Cavedon. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhores e senhoras que se encontram aqui nas galerias, primeiramente, sempre elogio o trabalho do Ver. Pedro Ruas, porque o Ver. Pedro Ruas e a Ver.^a Fernanda foram os primeiros que tiveram coragem de apresentar esse projeto. E o Vereador sabe que sempre fui contra o projeto, mas nunca deixei de o elogiar porque, realmente, se fosse antes da negociação, eu também seria favorável. Mas eu quero dizer, Ver. Pedro Ruas, por toda a lealdade que tenho aos Vereadores e às Vereadoras, que realmente eu sou um Vereador que não gosto de Emendas, o senhor sabe. É um direito do Vereador apresentar emenda. Eu costumo dizer que é gambiarra, são os puxadinhos que a Ver.^a Sofia gosta de fazer. Então, eu quero dizer, Ver.^a Sofia Cavedon, não, professorona, quero dizer para a senhora professorona, não acho justo a senhora se apropriar da ideia do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda. Não acho justo, Vereadora. A senhora simplesmente viu e apresentou essa Emenda sem sequer que o Governador soubesse, ele queria transformar o Estádio Olímpico num Centro Cultura.

Então, Ver.^a Sofia Cavedon, a senhora falou com os russos? A senhora falou com os russos? Querido Ver. Goulart, Secretário Goulart, eu acho que a Vereadora não conversou com os russos, porque se ela tivesse toda essa intenção, esse Projeto passou aqui na Câmara, esteve aqui na Câmara, foi debatido, e, aliás, era o nosso querido Vice-Prefeito, Sebastião Melo, aquele dia a Sessão foi até às duas da manhã, e o Ver. Sebastião Melo era o Presidente, elogiado, agora há pouco, o Dr. Thiago disse que se tiver que levar até às 2h, Ver. Cassio Trogildo e Ver. Paulinho Brum, diz que vai levar. Então, eu quero dizer para os senhores, eu não tenho nada contra o Ver. Pedro Ruas, e nem contra a Ver.^a Fernanda, e acho que os dois botaram a cara na frente, e acho que foi válido, mas era a ideia original dos dois, e eu, mais que gremista, mais que nunca – Ver. Pedro Ruas, o senhor sabe, aliás, eu fui homenageado por V. Exa. uma vez –, sei que a sua proposta não tem condições nenhuma, mas o que mais me deixou indignado foi com a proposta da Ver.^a Sofia Cavedon, que quer transformar o Estádio Olímpico num centro cultural, mas ela não disse de onde vem a verba, não disse de onde virá o recurso, Ver. Alberto Kopittke, não apresentou sequer uma justificativa. E aí, quando houve uma empresa que propôs a negociação, que foi a OAS, que nos deu uma Arena nova lá, se fosse antes, eu seria totalmente a favor. Quem não gostaria de ter o Estádio Olímpico em pé, quem não queria ter as lembranças dos vários títulos que ganhamos nos anos de 1980? O Grêmio deu uma aula para o mundo. Se há gremista aí, deve lembrar que o Grêmio deu a aula para o mundo todo. Os jornalistas do Rio Grande tiveram a maior sorte do mundo, porque conheceram o mundo todo, por meio do Grêmio, Ver. Valter Nagelstein.

Mas volto a dizer que sou contra o projeto, Ver. Reginaldo Pujol, Ver. Manfro, e peço o apoio dos senhores. E voto contra a emenda da Ver.^a Sofia Cavedon e o projeto do Ver. Pedro Ruas. Com todo o respeito que tenho pelo Ver. Pedro Ruas, mas, certamente, Ver. Reginaldo Pujol, se tivesse aparecido a proposta antes de fazer o negócio, eu, o senhor e todos os Vereadores seríamos favoráveis.

Professorona, não faça mais gambiarra, não faça mais puxadinho, e dá-lhe Grêmio.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Tarciso Flecha Negra está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. TARCISO FLECHA NEGRA: Boa-tarde, Presidente, Vereadores e todos que nos assistem. Pedro Ruas, o teu projeto é maravilhoso, mas eu gostaria que este projeto tivesse vindo antes da OAS. Eu não preciso nem do projeto, eu nasci ali dentro daquele estádio, a minha história está toda ali naquele estádio, Vereadores – 1973 a 1986. Ali eu fui campeão da América, do mundo, brasileiro, tudo! Ali eu conheci desde o humilde funcionário até o presidente; e quando, Pedro Ruas, se anunciava a Arena, houve uma palavra contra, minha e do Hélio Dourado. Algumas pessoas do conselho me chamaram dizendo: “Tarciso, tu estás sendo egoísta”. E eu pensei bem, Pujol, talvez eu estivesse sendo egoísta porque ia terminar a minha história. Depois eu parei e pensei: a minha história não termina num concreto, a minha história está dentro do coração de cada torcedor, está lá no livro do Grêmio. Agora, eu fico intrigado que o Grêmio tem o Presidente, o presidente do conselho, que tem quatrocentos e poucos conselheiros, e votaram, sim, para fazer a Arena. Agora nós queremos tombar o Olímpico? Gente, aquele estádio é particular, assim como o Beira-Rio. Estádios municipais são o Maracanã, o Mineirão, o Pacaembu! Espera aí: nós queremos e depois não queremos?

Ver. Pedro Ruas, gostaria de votar contigo, porque ali, naquele concreto, está a minha história, mas eu fico com muita dificuldade. Na época, eu fui chamado de saudosista, e o Hélio Dourado, de velho caduco. Podem olhar no filme do Grêmio, tem um depoimento meu, grande, que eu falo ali com sentimento do coração, porque o Grêmio é muito grande, e por esse tamanho do Grêmio, do mundo, essa sombra que o Grêmio faz no mundo, na Terra, ele teria, Cecchim, que ter um estádio digno, e que o Tarciso deixasse sua vaidade de lado, porque a minha história, a história de outros jogadores – Airton, Alcindo – não está ali naquele concreto que vai ser implodido, Pujol, Mario Manfro, ela está no livro do Grêmio, que vai ficar para sempre no coração de cada um de vocês. Por isso, eu sou contra. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, público que aqui nos assiste, hoje eu venho propor um tipo de votação diferente. Eu hoje ganhei do assessor, do meu querido amigo Brasinha, sabendo que sou torcedor da massa vermelha e branca, em todos os sentidos, eu venho propor o voto de abstenção. Quem somos nós para votar contra esses dois defensores? Pedro Ruas, conselheiro, gremista doente; não vou dizer como o Brasinha diz, que é um dos poucos defeitos do Pedro, mas é um gremista doente, e que está aqui defendendo...

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cleiton, primeiramente, dizer que o Ver. Pedro Ruas não é gremista doente; gremista é o natural, doente é ser colorado.

O SR. DELEGADO CLEITON: Está bom. Então nós colorados doentes. Os gremistas naturais desse espaço, quem somos nós para fazer essa defesa contrária ao Pedro Ruas, que quer transformar o estádio num monumento para que os gremistas venham, adorem. Até será um monumento já está pela metade, não é, Pedro? Se eu tivesse a oportunidade, os eucaliptos ainda estavam em pé. Do outro lado, nós temos alguém que fez a carreira, desde guri dentro, e foi grande campeão de vários espaços...

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Ver. Cleiton, serei muito breve, respeitando muito a posição de V. Exa. Eu quero fazer um elogio público. V. Exa. foi um dos responsáveis por podermos votar hoje esse projeto. Se fosse só por isso, eu já teria motivos suficientes para agradecer V. Exa. pelo trabalho.

O SR. DELEGADO CLEITON: Obrigado, Pedro Ruas. Nesse sentido, era bom trazê-los para cá, para esse debate. Mas eu estava falando do Tarciso Fecha Negra, que teve a sua história dentro do Olímpico, e hoje, por efeito de um contrato... E eu, como delegado, trabalhador da área jurídica, respeito muito contratos. Então, aqui, senhores, eu venho aqui pedir um voto diferenciado, um voto de abstenção, e que se deixe para quem é gremista decidir os rumos do grande palco em que nós nos sentimos sempre em casa, parte da nossa casa.

O Sr. Valter Nagelstein: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu agradeço. Eu, como V. Exa., sou colorado, mas eu quero fazer uma ponderação, com todo o respeito, no sentido de contribuir, com respeito também ao Alceu Brasinha. Nós não estamos tratando de um assunto clubístico aqui; é um assunto... E não estou dizendo que V. Exa. não trata seriamente as coisas que são sérias; sempre o vi tratar as coisas sérias de forma séria, mas nós estamos trabalhando aqui, Ver. Delegado Cleiton, algo que foi votado por esta Câmara. Esta Câmara, eu quero lembrar, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, votou. Votamos uma permuta, votamos índice construtivo. Eu não estava aqui, Ver. Delegado Cleiton, foi no apagar das luzes da penúltima Legislatura.

(Aparte antirregimental.)

O Sr. Valter Nagelstein: Foi em dezembro; dezembro é quando está terminando a Legislatura. Então, nós aprovamos, e aquilo que nós aprovamos ensejou, inclusive, que o Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense pudesse construir a sua nova Arena no Humaitá. Nós aprovamos isso e concedemos, naquela oportunidade, índice construtivo para esse empreendimento que saiu ali. Então, há uma coisa, com todo o respeito à sua posição, novamente, que se chama segurança jurídica, e nós, homens públicos, temos que ter responsabilidade com isso. Eu respeito a posição ideológica do Ver. Pedro Ruas, mas não tem a ver com a segurança jurídica, porque ele fala em propriedade, mas ele está mexendo na propriedade, ele está mexendo em um dos elementos essenciais da propriedade, que é o direito de gozar, fluir e dispor. Ele está retirando um dos direitos inerentes à propriedade. Agora, V. Exa. faz um encaminhamento alternativo, que é o da abstenção, e eu só quero lembrar à V. Exa. que eu acredito que nós, Vereadores, os 36, temos um compromisso ético, que é com aquilo que esta Casa, por maioria, votou, aprovou e fez uma empresa assumir compromissos, e nós precisamos desenvolver aquele bairro, e é isso que vai acontecer.

O SR. DELEGADO CLEITON: Entendi o seu aparte.

O Sr. Valter Nagelstein: Ali vão sair 16 torres com moradias para pessoas...

O SR. DELEGADO CLEITON: Entendi o seu aparte. E digo, Ver. Valter Nagelstein, toda vez que subo aqui nesta tribuna falando de Grêmio e Internacional, trago sempre o assunto com a maior seriedade possível. E é por isso que eu estava falando: nós temos aqui uma segurança jurídica, como o senhor disse, mas nós também temos aqui uma ideologia que mexe com a letra fria e morta da lei. É por isso que eu estou aqui defendendo esse voto de abstenção. O senhor, como trabalhador do Direito, sabe disso; sabe que, muitas vezes, a letra fria da lei não reflete a realidade do que nós estamos julgando no nosso Poder Judiciário. Fica aqui o meu voto de abstenção. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12, e, depois, prossegue a discussão por cedência de tempo do Ver. Marcelo Sgarbossa.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Obrigada, Vereador-Vice-Presidente Waldir Canal, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras; eu agradeço, Ver. Sgarbossa, porque eu quero tratar desse tema e preciso de um pouco mais de tempo. O Ver. Brasinha me ajudava a lembrar um jogo que ajudou a construir a imagem, a ideia e a face de um Grêmio que é imortal, de um Grêmio que vira o jogo no último tempo. Lembrando a Batalha dos Aflitos, Ver. Brasinha, do Grêmio contra o Náutico – o Ver. Pedro Ruas confere –, em que o Grêmio ia para a segunda divisão, teve três expulsos, o Galatto defendeu um pênalti, e o Anderson fez gol aos 46 minutos do segundo tempo.

Eu acho que o Governo, Ver. Aírto, poderá fazer um gol aos 45 minutos, ou defender um pênalti aos 45 minutos do segundo tempo, se aprovar o projeto do Ver. Pedro Ruas. Espero, modestamente, com a minha emenda, mas o importante é o projeto do Ver. Pedro Ruas. Por que eu digo isso? Porque o Governo foi chamado, Ver. Aírto Ferronato, em 31 de outubro de 2013, na Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, pelo Ministério Público Estadual e pelo Ministério Público de Contas. Nessa reunião, foi explanado ao Governo – e eu vou ler... Foi depois da recomendação que o Ministério Público fez ao Governo para que não realizasse obras no entorno da Arena do Grêmio com qualquer recurso público – municipal, estadual ou federal. Por que o Ministério

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

Público recomendou isso e chamou, agora em outubro, o Governo para uma reunião, Ver. Tarciso? Porque o Governo está respondendo e responderá por R\$ 120 milhões que a OAS tem obrigação, pelo licenciamento, de investir nas obras do entorno da Arena do Grêmio. O Ministério Público.

Vou ler, literalmente, o que diz a ata. (Lê.): “(...) Na sequência, pelo Promotor Nilson foi explicado que o objetivo da recomendação 16/2013 era o de evitar que o uso de recursos públicos em obras que deveriam ser realizadas pelo empreendedor gerassem responsabilidade subsidiária dos gestores. Pela explanação do Secretário, as obras de mobilidade urbana a serem realizadas no bairro Humaitá estão orçadas em pouco mais de R\$ 120 milhões. Já foram executadas obras no entorno da Arena de valor aproximado equivalente a R\$ 10,5 milhões com recursos públicos.” Ilegalmente!

O Governo Municipal precisa recuperar da OAS R\$ 120 milhões. E o único jeito de recuperar, porque o Governo Municipal afirma que não consegue cobrar, é impedir, é retirar a licença de demolição do Olímpico, é não licenciar a segunda parte, sob pena do Sr. Prefeito Fortunati... E eu vou ler os que estão listados como possíveis objetos de improbidade administrativa. Leio a portaria de instauração do inquérito civil, Ver. Valter Nagelstein. Leio a Portaria de instalação do inquérito civil nº 00829.00006/2013. Qual é o objeto (Lê.)? “Improbidade administrativa por injustificada desoneração do empreendedor OAS S.A. de obrigações que assumiu para obtenção do licenciamento ambiental para o empreendimento denominado “Arena do Grêmio”, em prejuízo do erário.” Quem representa a Promotoria de Defesa do Meio Ambiente? Quem são os representados? A OAS, o Município de Porto Alegre, o Sr. Eduardo de Souza Pinto, o Sr. José Fortunati, o Sr. João Batista Linck Figueira, o Sr. Ricardo Gothe, o Sr. Luiz Fernando Záchia, o Sr. Urbano Schmitt e o Sr. Cezar Augusto Busatto. O assunto do inquérito civil avalia a possível fraude no conteúdo do EIA/RIMA, no qual os proponentes, Ver. Pedro Ruas, do projeto Arena do Grêmio, do grupo OAS, celebram termo de compromisso com o Município de Porto Alegre, em que o Município assumiu a quase totalidade da execução das obrigações de obras viárias de mobilidade urbana, circulação e acessibilidade, classificadas como medidas mitigadoras para a redução dos impactos ambientais do empreendimento.

Senhores, esse processo ainda não é uma ação civil de improbidade administrativa, ainda não. Ainda estamos, Ver. Pedro Ruas, correndo no segundo tempo do jogo. Se o Governo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

cobrar os 120 milhões – o Dr. Nilson disse literalmente – da OAS, a Promotoria de Patrimônio vai arquivar o inquérito. Se o Governo não cobrar da OAS, continuar causando prejuízo ao erário, assumindo injustificadamente a desoneração do empreendedor, o Governo, na pessoa dos senhores que li aqui – e posso ler novamente –, vai responder por ação civil de improbidade administrativa. E este não é mais um processo do meio ambiente, o pessoal do meio ambiente quer preservar a arvorezinha! Não! Tribunal de Contas, Patrimônio Público do Ministério Público. E mais, já respondendo ao Ver. Brasinha: toda contrapartida que a OAS tenha feito eventualmente fora do licenciamento é problema da OAS, como diz o Dr. Nilson; não compensa, não vale; praça Alim Pedro não vale; 120 milhões estão no processo de licenciamento. Se os senhores lerem a recomendação clara, inequívoca, encaminhada ao Município de Porto Alegre, recomendação que diz claramente: “Adotamos a recomendação porque há indícios suficientes da prática de atos que importam grave lesão aos princípios regentes da administração pública, notadamente da legalidade, da moralidade, da eficiência, com significativo prejuízo ao erário”. E aí a instalação do inquérito. Posso ler várias partes dos despachos, em adiantado andamento no Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Portanto, Ver. Pedro Ruas, quando dizíamos para ter atenção, que não estava bem a gestão desse empreendimento, e é a relação Município/OAS, nós alertávamos desde 2011, Ver. Brasinha. Eu vou repetir: “Restou ajustado que os técnicos, a fim de melhor definir a totalidade das obras de mobilidade [ou seja, o Governo ainda determinou], que o Município precise quais as obras que estão sendo realizadas com o dinheiro público e quais que têm que ser realizadas.” Prorrogou por dez dias, senhores, em que dia? Trinta e um de outubro, já está estourado – para que se junte esse material e para que o Governo diga como recuperará e evitará o dano ao erário. Então, eu vou dizer, Ver. Brasinha, que é muito grave, muito grave. Quem está sendo representado, eu repito, é o Sr. Eduardo de Souza Pinto, o Sr. José Fortunati, o João Batista Link Figueira, o Ricardo Gothe, o Luiz Fernando Záchia, o Urbano Schmitt e o Cezar Busatto.

Eu sugiro que nós aproveamos o tombamento do Olímpico, e o Governo terá condições de exigir o que tinha que ter exigido no processo de licenciamento para não responderem por improbidade, para não responderem com seus próprios bens, por R\$ 120 milhões. Então, aprovamos e tentamos recuperar os princípios da moralidade pública através desta Casa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Waldir Canal; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Ver. Janta, quero fazer um agradecimento à delicadeza da Ver.^a Sofia, que não me permitiu um aparte. Quero dizer a ela que primeiro ela tem que ir atrás das contrapartidas, pois já foram cumpridos R\$ 84 milhões de contrapartida. Mais ainda: ela falou que no Alim Pedro não tem nada. Então ela não quer voto do IAPI! Vou dizer para todo mundo lá, espalhar que a Ver.^a Sofia é contra a revitalização do Alim Pedro. Ela falou aqui que não tem nada a ver com o Alim Pedro! Então, Ver.^a Sofia, vou avisar lá na comunidade que a senhora é contra o IAPI.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Este projeto do Ver. Ruas, do qual fui relator na CUTHAB, depois de derrubarmos o relatório do Ver. Brasinha, é um projeto que traz as paixões e as emoções a esta Casa. Lembro da minha infância, Tarciso, quando tu erraste um pênalti num jogo decisivo com um arqui-inimigo, e eu lembro que na época te xinguei bastante, mas logo depois o André Catimba fez um gol, e essa memória nunca vai sair da minha cabeça: eu era menino, estava com o meu pai no Olímpico, e essa memória nunca vai sair da minha cabeça, assim como o gol do centroavante César, que nos deu a Libertadores, deu um peixinho, e vários outros momentos históricos, como gritar o nome do Caçapa dentro do Olímpico, quando nós caímos para a segunda divisão; eu acho que ninguém nunca gritou o nome do Caçapa, nem a mãe dele quando ele era criança, mas a torcida do Grêmio, lá no Olímpico, gritou o nome dele. Hoje, meu filho já me ligou, o Cassio e seus amigos, uma geração, Tarciso, que nunca viu o Grêmio ser campeão ainda. A minha geração também nunca tinha visto o Grêmio ser campeão, e fui ver em 1977. Esta emoção está pujante; o Tarciso votou contra a saída do Olímpico, o Presidente Hélio Dourado votou contra. A torcida do Grêmio não foi ouvida. Tenho certeza de que se

ouvissem a nação tricolor ia querer que o Estádio Olímpico fosse reformado, como está sendo reformado o Beira-Rio. Tenho certeza disso, Ver. Pedro Ruas. A emoção nos traz aqui hoje, a emoção nos levou a trazer este Projeto para o plenário, para ser discutido e votado.

Mas hoje eu renunciei ao meu cargo na Mesa Diretora, por achar que acordos firmados não estavam sendo cumpridos. Eu acho que foi um péssimo acordo com a nação tricolor, um péssimo acordo! Se eu fosse Vereador nesta Casa, na época, jamais iria votar neste Projeto. O Tarciso também me confidenciou que se fosse Vereador – na época não era –, não votaria neste Projeto. É um Projeto que, com certeza, dificultou a vida dos gremistas, aumentou o preço dos ingressos, e a acessibilidade ao novo estádio continua horrível.

O Sr. Pedro Ruas: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Serei muito breve, apenas para dizer que eu também não era Vereador em 2008, quando foi votado. O fato é que a Câmara errou naquela votação, e errou feio! Não significa que nós temos que manter esse erro. E eu quero agradecer a V. Exa. também, porque assim como o Ver. Cleiton é um dos responsáveis por podermos votar hoje este Projeto. Obrigado, Vereador.

O SR. CLÁUDIO JANTA: De nada, Ver. Pedro Ruas. Se eu fosse ouvir o meu filho Cassio, o meu sobrinho Lucas, e toda a gurizada que frequenta a minha casa, eu ia votar a favor deste Projeto. Mas como de vez em quando o Delegado Cleiton é meu consultor, eu vou...

O Sr. Tarciso Flecha Negra: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu quero deixar bem claro aqui ao meu companheiro Pedro Ruas que eu acho maravilhosa essa posição, essa ideia. Este Projeto é maravilhoso, mas nesta altura do campeonato, aos 44 minutos do segundo tempo, não tem mais como eu trocar jogador, eu tenho que jogar com aquilo que tem. Foi feito um acordo, que é uma coisa particular do Presidente do Conselho do Grêmio junto com a OAS. Aquilo é particular. Eu não quero aqui, agora, que a gente faça isso e o Grêmio, lá fora, tome nome de caloteiro. Quem vai pagar essa conta? É isto que eu pergunto: quem vai pagar essa conta?

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Janta, eu não sou contra a tua exposição, nem do querido Ver. Cleiton e o Ver. Pedro Ruas, que é um excepcional Vereador. Mas quero dizer que, claro, se fosse antes, eu também queria ter o Olímpico do lado da minha casa.

O Ver. Márcio Bins Ely: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu queria só aqui, Ver. Cláudio Janta, dizer também que entendo as ponderações e as colocações, mas, mal comparando, eu diria o seguinte: é o mesmo que um privado comprar uma cobertura, colocar um apartamento de dois dormitórios no negócio e agora não quer entregar o dois dormitórios. Então, queria só fazer essa referência.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Obrigado, Ver. Márcio, Ver. Brasinha, Ver. Pedro Ruas, Ver. Tarciso que apartearam. Para concluir vou acompanhar o Ver. Delegado Cleiton na abstenção nessa votação, que mexe com as emoções do povo de Porto Alegre. Nós temos um contrato, como disse o Ver. Valter Nagelstein, e o Márcio agora, que, infelizmente, esta Casa aprovou e tem que cumprir. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12, e depois, prossegue a discussão por cedência de tempo do Ver. Professor Garcia.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Waldir Canal; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, até não vou usar os dois tempos, porque temos muitos projetos pela frente. Mas já que a Ver.^a Sofia se estendeu aqui num assunto que não tinha nada a ver com o projeto do Ver. Pedro Ruas, ao contrário, prejudicou, se ela tentou fazer a defesa do Ver. Pedro Ruas, ela prejudicou muito a defesa do Ver. Pedro Ruas, que não precisa ter defesa, precisa de gente a favor ou contra. Porque o projeto dele é honesto, ele apenas precisa de alguém que seja a favor ou contra. Nós podemos divergir ou aceitar. Eu, no meu caso, Vereador – o senhor me perdoe –, não concordo com o projeto, acho que os contratos têm que ser cumpridos. Mas, independente disso, eu não conheço ninguém da OAS, não sou conselheiro do Grêmio, sou torcedor do Grêmio, mas nada a ver com o

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

Grêmio. Acho que o Internacional não tombou os Eucaliptos e lá no Internacional também estão se construindo edifícios bonitos; no Parcão, não se construíram edifícios, se construiu um grande parque onde era o estádio do Grêmio, o Parcão de Porto Alegre. Lá nos Eucaliptos estão os grandes prédios; lá no Cruzeiro é um cemitério. Então, a Cidade, os estádios vão se modificando, e lá, onde estava – e ainda está – o Estádio Olímpico deverá surgir um bairro bonito, e a nossa Arena está lá, na entrada da Cidade.

A Ver.^a Sofia insiste em uma bobagem que só ela entende, das contrapartidas, e do Ministério Público. O Ministério Público recomendou isso. O Ministério Público não julga, Ver.^a Sofia. Entre o Ministério Público recomendar e isso ser julgado tem uma distância enorme. Lá, nem o Governo Federal da Ver.^a Sofia cumpriu nada. Ele fez um projeto de uma estrada que joga 20 mil automóveis dentro da Cidade por dia e esqueceu de organizar esse trânsito. Nem isso ele fez! Disso a Vereadora nada fala! Isso é contrapartida que o Governo Federal deveria dar para a Cidade e nem isso ele fez! Disso a Vereadora não fala. A Ver.^a Sofia só fala aquilo que interessa para denunciar. Ela não diz nada para construir! Ela só sabe falar aquilo que destrói. Ela só sabe criar ilusão! Vender aquilo que não existe, prometer aquilo que não pode entregar, culpar aqueles que ainda não têm culpa, e é isso que temos que denunciar também, Ver. Brasinha.

Então, ela veio aqui falar aquilo que não precisava! Não defendeu o projeto do Pedro Ruas, não defendeu a opinião contrária e divagou sobre contrapartidas. Ela não quis obras no IAPI. Ela é contra fazer obras no IAPI! Ela é contra a que se use de contrapartidas em outras partes da Cidade! Aliás, ela não quer que se faça obras na Cidade. Ela só quer preservar o Morro do Osso! Ela só quer preservar regiões em que ela tem voto. Onde ela não tem voto, ela não quer obras! Ela só troca trabalho na Câmara onde tem voto. Onde os outros Vereadores fazem voto, ela não quer obras. Para ela tudo é por voto. Acho que ela tem que fazer isso, mas ela tem que pensar na Cidade como um todo, Ver. Brasinha.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Ver. Idenir Cecchim, a Ver.^a Sofia não colaborou com o projeto do querido Ver. Pedro Ruas, porque o Ver. Pedro Ruas foi o idealizador do projeto, foi quem teve a ideia disso, e vem a Sofia com as suas gambiarras. Mas quero te dizer que ela é uma Vereadora que está pendurada, que sabe que já tem 84 milhões pagos de contrapartida. Ela está

pendurada em um fio desencapado, louco para arrebentar. Essa é a Ver.^a Sofia. Só falta o fio arrebentar.

O SR. IDENIR CECCHIM: Obrigado. Aliás, eu queria cumprimentar o Ver. Pedro Ruas não pelo projeto do tombamento do Grêmio, mas pelo que eu vi nos jornais de ontem e de hoje, pela memória. Por isso eu o cumprimento. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, para mim é muito difícil falar sobre este tema e não cometer a emocionalidade que ele comporta. Todos nesta Casa, Ver. Goulart, sabem bem que eu nasci muito longe daqui, lá nas barrancas do rio Quaraí, a 630 quilômetros de Porto Alegre. Poucos, entretanto, sabem que eu comecei a vir para Porto Alegre em 1953; por conseguinte, há 60 anos. Quando eu vim a Porto Alegre, ensaiando a mudança da família para cá em 1953, meu padrinho, já falecido, o Cel. Benedito Cezar Koehler, me aguardou na Estação Diretor Pestana, não deixou que eu chegasse no Centro de Porto Alegre. E, antes de ir para o local onde eu me hospedaria, ele me levou para a baixada do Grêmio e ali me apresentou o que para mim era uma coisa fantástica. Eu estava vendo um estádio de futebol completo, eu, que era *habitué* dos campos de várzea da minha Quaraí, beijei aquele solo. Sinto emoção até hoje, mas ele me advertiu: “Esta casa, que hoje é a casa do Grêmio, daqui a pouco tempo, não será mais. Nós estamos construindo outra casa.” E essa outra casa que estava sendo construída, Ver. Janta – que teve um belíssimo pronunciamento nesta tarde – era o Estádio Olímpico, inaugurado em 1954, e para o qual eu contribuí fortemente com alguns trocados. Briguei com a namorada, matei a matinê no domingo, mas coloquei dinheiro na bandeira do Grêmio para ser construído o Estádio Olímpico.

Então, não pense ninguém que eu vou festejar o dia que ruir o nosso Olímpico, mas eu, que sou coração em termos de futebol, abandono qualquer racionalidade, busquei, no fundo da minha existência, um pouco de racionalidade e compreendi o momento em que nós estamos vivendo.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

Eu não era Vereador, e esta Casa, com correção, autorizou ao Grêmio e ao Internacional alguns procedimentos para a construção de dois estádios de futebol modernos na cidade de Porto Alegre. Ao Grêmio autorizava, entre outras coisas, fazer uma troca de chave, uma permuta que com algo que era, na ocasião, apenas uma expectativa, um sonho, que era a Arena do Grêmio localizada lá no bairro Humaitá.

O tempo passou, Ver. Brasinha, e eu discuti fortemente nos fóruns competentes do Grêmio. O Ver. Pedro Ruas sabe que eu fui um dos últimos a desembarcar da ideia de transferir o Grêmio para o bairro Humaitá e, com isso, demolir o estádio Olímpico, com isso, dar outra finalidade àquela área da Cidade, coisa que eu fui fazer convencido pelos fatos. E, hoje, senhores colorados, quando eu vejo a dificuldade do Internacional enfrentada neste ano por não ter um estádio para praticar os jogos enquanto remodelavam o Beira-Rio, eu vejo o acerto daquela medida.

A Casa aprovou; o Ver. Valter Nagelstein, com muita propriedade, assim esclareceu. E nesse contexto eu vejo dois pronunciamentos especiais de resistência ao projeto. Uma, do autor, feita com brilhantismo, feita com o coração. Eu diria que seria um pronunciamento de amor, provavelmente, ainda que não tenha superado o que eu, a duras penas, estou superando, que é a ideia de ver derrubado o nosso Estádio Olímpico. De outro, sou obrigado a reconhecer um temperamento de ódio, um pronunciamento que, em nenhum momento, falou sobre o projeto, em nenhum momento falou sobre a obra! Em nenhum momento falou buscando o projeto de lei e ficou limitado a agredir uma empresa que fez uma loucura: construiu uma arena de esportes na cidade de Porto Alegre em tempo recorde, sem um pila de dinheiro público!

Ora, Sr. Presidente, nós sabemos que os gaúchos, no meu entendimento, até equivocadamente, se vangloriam de dizer que não põem recursos públicos em equipe de futebol profissional.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Reginaldo Pujol prossegue a sua manifestação de discussão do PLL nº 202/12, a partir deste momento, por cedência do Ver. João Carlos Nedel.

O SR. REGINALDO PUJOL: Esta é uma postura que os gaúchos, no meu entendimento, inadequadamente, mantêm. Inobstante, Sr. Presidente, dentro dessa realidade gaúcha,

ao se tombar o Estádio Olímpico, já se criaria uma expectativa indenizatória das mais fortes, porque na negociação do Grêmio com a OAS, há quatro anos, o Estádio Olímpico foi colocado como algo de valor, naquela ocasião, de R\$ 80 milhões. E isso seria, na hipótese do tombamento, como o tombamento implica numa desapropriação indireta, a criação de um ônus para quem o desapropriasse, para indenizar o Grêmio ou quem fosse o detentor da área no momento, nesse valor, com cifras atualizadas.

Mas a Ver.^a Sofia Cavedon foi mais longe, e decidiu, oportunisticamente, em cima do projeto que o Ver. Ruas defende há dois anos, com lisura, discordando de mim, mas o fazendo com muita lisura – sou obrigado a reconhecer isso – e coloca uma emenda dizendo: vamos fazer um centro cultural no Estádio Olímpico. Aí, então, quem vai pagar essa indenização? O povo de Porto Alegre, o povo do Rio Grande, através da Prefeitura Municipal e do Governo do Estado? Não!

Isso, aqui, Sr. Presidente, retira, inclusive, a possibilidade de ter uma discussão com o Ver. Ruas que eu queria ter até de forma romântica, Ver. Ruas, uma homenagem ao senhor, e até para desafogar um pouco o meu coração, porque ninguém ache que eu estou vibrando em ver cair o Estádio Olímpico. Eu fico feliz, quando vejo a Arena erguida. Eu fico imaginando que no dia em que forem, efetivamente, concluir a demolição do Estádio Olímpico, eu quero estar longe de Porto Alegre, porque não quero nem ouvir o barulho.

Agora, o que a gente não pode fazer, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, é brincar com o sentimento alheio, é pensar que o Brasinha, é pensar que os gremistas que aqui estão, ou os próprios colorados, não são pessoas que têm sentimentos arraigados.

O Ver. Ruas não quis isso. Agora, outros estão brincando. Todos nós sabemos que essa emenda proposta é uma emenda antecipadamente derrotada, mas que é mantida, porque é preciso se manter o discurso. E o discurso não é a favor da própria emenda! Ao contrário, o discurso é contra a OAS, é contra o Grêmio, é contra a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, é contra tudo, porque o discurso precisa ser garantido.

Ora, o Ver. Brasinha já disse muito bem: a OAS não é nenhuma maravilha do mundo, mas tampouco não é um bandido que a Vereadora quer prender. Não pode ignorar os R\$ 80 milhões que já gastou em obras aqui e outros tantos que ainda haverá de gastar, porque não está liberado de outros compromissos, porque o complexo do bairro Humaitá,

o complexo da Arena, não se esgota na Arena em si; tem mais o centro comercial e outros empreendimentos que vão surgir.

Então, senhores, eu quero dizer, com o coração vibrante, que é duro ouvir o que, em determinado momento, eu ouvi nesta Casa. Advogar que não possa o Município construir obras que são da sua responsabilidade, advogar que o Estado não deva fazer obras que são da sua responsabilidade, advogar que a União não cumpra com Porto Alegre o que cumpre com todos os Municípios do Estado, onde as BRs têm acesso, é uma posição contra a Cidade. Já não é contra a OAS, já não é contra o Grêmio, não é contra Brasília e nem contra o Pujol, é contra Porto Alegre!

Ver. Pedro Ruas, que pena... Era para o senhor ter um dia em que nós iríamos lhe homenagear pela sua lisura, pela sua compostura. Seja qual for a decisão, fica resguardado para o senhor a prerrogativa de ter feito um combate digno. O que me entristece é que todo o seu esforço, toda a luta que o senhor desenvolveu acaba, em grande parte, empanada por essas circunstâncias de quem, com ódio, quer enfrentar uma coisa que nós fizemos com muito amor, com muito coração e com muita empolgação.

O Sr. Alceu Brasinha: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Querido Ver. Reginaldo Pujol, realmente nós temos que voltar a elogiar a grandeza do Ver. Pedro Ruas, a grandeza da Ver.^a Fernanda Melchionna. A Ver.^a Sofia, mais uma vez, peca, se aproveitando da situação, apresentando um debate totalmente equivocado. E ela sabe que está errado! Quanto aos R\$ 84 milhões que já foram gastos, de contrapartida... Ela é contra toda essa comunidade, não só contra o IAPI, mas contra os empresários, tanto os de médio quanto os de grande porte. Empresários são tratados como bandidos por ela.

O SR. REGINALDO PUJOL: Concluo, Sr. Presidente, dizendo que a conclusão da Av. Voluntários da Pátria, a conclusão da Av. Padre Leopoldo Brentano e a duplicação da Av. A. J. Renner são obras previstas pelo Plano Diretor de Porto Alegre, em alguns casos, desde 1940. Evidentemente, com o compromisso do Poder Público com essas obras é irrenunciável. Se a unidade de esforços do Grêmio, da OAS, da Prefeitura, se as lideranças políticas, entre os quais deputados do PT, como é o caso do Deputado Paulo Ferreira, como é o caso do Deputado lá de Santa Maria, cujo nome eu não recordo no momento, mas que lideraram junto com a Líder do Partido Comunista do Brasil, Ver.^a

Manuela, uma mobilização para que houvesse recurso para o Município fazer essas obras complementares. Todo esse trabalho demonstra que isso não é um mero jogo político, que isso é um empreendimento para Porto Alegre. A Arena é um fato reconhecido em todo o mundo, e agora o Estádio Olímpico haverá de dar razão e invasão a um grande novo projeto. A saudade que eu tive um dia seja confirmada com a saudade do Olímpico, mas, com a certeza da Arena. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. VALTER NAGELSTEIN: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, povo que nos acompanha na tribuna, nas galerias, eu vou ser muito breve, Presidente, não pretendo usar nem três minutos. Mas eu só quero fazer um contraponto em relação à questão das contrapartidas, sem querer fazer trocadilho nenhum. Mas me parece que as pessoas não caminharam pela Vila Areia, pela Vila Tio Zeca, pela Vila Mario Quintana, pela Vila Tecnológica. O Secretário Luciano Marcantônio, que está aqui, tinha um trabalho e tem um trabalho comunitário muito forte ali naquela região. Vila Tecnológica é ali do lado da Arena do Grêmio. Mario Quintana, Areia... Um dos lugares, infelizmente, mais miseráveis da nossa Cidade. É tão triste, tão difícil a situação, que fica abaixo da cota do rio, do outro lado da *freeway*. Quando chove ali, Sr. Presidente, as pessoas ficam embaixo d'água. Agora, nesses últimos anos, foram feitos alguns loteamentos, alguns empreendimentos, mas sempre com muita dificuldade. Para quem não sabe, Sr. Presidente, ali naquele lugar, há quarenta anos, tinha um lixão. No Humaitá, tinha um lixão, o lixo, o aterro sanitário de Porto Alegre era ali. De tal sorte, se vai se construir qualquer coisa, não se consegue construir porque tem enormes restrições, porque tem que fazer um trabalho de remediação, e eu quero dizer que aquilo, infelizmente, era uma região morta da Cidade, porque de um lado passava o trilho do Trensurb, do outro lado passava a *freeway*, e não se tinha acesso, Ver. Reginaldo Pujol. Então, quando se fala em contrapartida, nós não podemos esquecer e olhar para o que era o Iguatemi, por exemplo, há 30 anos, não existia o entorno do Iguatemi, não existia a Av. Nilo Peçanha, não existia a Av. João Wallig, não existia nada. Esses empreendimentos têm a

capacidade de repercutir, de reverberar, de qualificar o seu entorno. Quem estava ali no bairro Mário Quintana, no bairro Farrapos, quem mora ali sabe que existia uma realidade ontem, antes da Arena, e hoje, depois da Arena. Às vezes, eu vejo falarem aqui: “ah, porque o Promotor isso”, muitas vezes, eu fico pensando: será que ele botou o pé no barro para ir lá, para ver a realidade dessas pessoas? Porque o Sr. João, o Sr. Pedro, qualquer um que tenha um armazém, hoje, ali na esquina, já tem uma realidade completamente diferente do que tinha há dois anos, e está falando aqui um colorado, mas que tem que respeitar, quando fazem empreendimentos dessa natureza, porque eles qualificam o entorno. Hoje, uma casa, um casebre, ou uma maloca que, infelizmente, nós ainda temos, e queira Deus que a gente vença e supere isso, que um dia todos morem em habitações dignas, Ver. Brasinha, que não valia nada a sua casa ou valia muito pouco, hoje já vale muito mais por força do investimento, não é da contrapartida, mas é da partida, é do investimento, é do risco, é daquele que vai lá e coloca o recurso. Então, é isso, Sr. Presidente, que eu gostaria de dizer, é isso que precisa ser respeitado. Às vezes, o burocrata não enxerga, e, muitas vezes, o demagogo não quer enxergar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para discutir o PLL nº 202/12.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, sei que estamos aqui tratando do projeto do tombamento do Olímpico. Mas eu tenho aqui uma informação a dar, acho que é uma boa notícia para Porto Alegre, e vou aproveitar esta oportunidade, até porque outros Vereadores falaram de outros temas também. Em março, estive na Turquia, a mando do Governo do Estado, do Município, meu caro Presidente, e da iniciativa privada. Lá, nós candidatamos Porto Alegre para sediar, em 2015, o Campeonato Mundial de Muay Thai. E hoje recebi um documento assinado pela Secretária-Geral da Federação Brasileira de Muay Thai, dizendo que, lá na Tailândia, já definiram, meu caro Ver. Cecchim, uma boa notícia para Porto Alegre: teremos, em 2015, um Campeonato Mundial de Muay Thai, um grande evento aqui na cidade de Porto

Alegre. E, apenas para constar, diz ela que, hoje à noite, às 20 horas, no horário de Bangkok, estarão tratando do tema. Vou deixar uma cópia para a presidência da Câmara. Com relação ao projeto em si, muito rapidamente, eu vou dizer aquilo que a Ver.^a Any me falou. Ela disse o seguinte: foi um negócio, um contrato em que a OAS construiu uma nova casa para o Grêmio – e uma bela casa, diga-se de passagem, apesar de eu ser colorado –, e, como contrapartida, terá a antiga casa do Grêmio, que é o Olímpico. Mudar agora essa regra de negócio? Pode ser mudada, mas às custas de extraordinário valor de dinheiro público da Prefeitura de Porto Alegre, coisa que é impossível. Portanto, vamos votar contra o projeto de autoria do Ver. Pedro Ruas e da Ver.^a Fernanda Melchionna. E, com esse documento que entrego à presidência da Câmara (Exibe documento), eu quero fazer a minha prestação de contas em relação à vitoriosa ida a Istambul. Um abraço e obrigado. (Palmas.)
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alceu Brasinha, a Emenda nº 01 ao PLL nº 202/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 3 votos **SIM**; 22 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Alceu Brasinha, o PLL nº 202/12. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 4 votos **SIM**; 25 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Requerimento de autoria do Waldir Canal, que solicita a retirada de tramitação da Emenda nº 03 ao PLCE nº 012/13. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.^a Jussara Cony, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 06 ao PLCE nº 012/13.

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, solicitando que sejam votadas em destaque as Emendas nº 12, nº 13, nº 14, nº 15, nº 16, nº 17 e nº 18 ao PLCE nº 012/13.

Em discussão o PLCE nº 012/13. (Pausa.) O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. ALBERTO KOPITTKKE: Caros colegas, todos que nos assistem, quero saudar aqui todos os representantes, todas as autoridades religiosas de matriz africana que estão aqui presentes, deixando muita energia, muito axé aqui, neste plenário. Eles participam dessa discussão porque, anos atrás, em outros momentos, o tema da limpeza foi usado como discriminação, assim como tantos outros, sempre se arruma uma desculpa quando se quer discriminar. E esse tema, em outros tempos, em falsos conflitos, porque jamais se polarizou, e, se há alguma religião, algum credo que efetivamente comunga com a natureza, é a religião de matriz africana, mãe de todas as nossas religiões e ensinamentos. E se colocaram falsos debates que tentavam, obviamente, como era feito, desde os tempos do império, desde os tempos em que o nosso País tinha uma religião oficial, porque hoje não tem, nós vivemos em um estado laico, sempre é importante lembrar essa conquista do povo brasileiro. Desde o império, procurava-se estigmatizar, procurava-se criar imagens que, até hoje, inclusive, passam em certas TVs discursos dizendo que a manifestação disso, daquilo... procurando ocupar a mente do povo com imagens que nada mais são do que o preconceito racial e social do nosso País contra a religião de matriz africana. Porém, esse não é um tema negativo hoje, eu quero saudar o projeto, saudar o nosso Diretor do DMLU, da Cidade, porque trouxe ao projeto um posicionamento que respeitou o acúmulo, e que nós vamos aqui garantir com alguma emenda, provavelmente acordada, consolidando essa conquista. E que jamais se recue, que jamais, nesta Cidade, o tema da limpeza urbana seja usado para discutir religião. É muito importante que não se recue, Delgado Cleiton, Ver. Comassetto, e todos os outros que participam da luta, Ver. Janta, que tem lado nessa história. Porque a gente passa aqui na discussão, muitas vezes, a questão da regularização fundiária. Este ano nós tornamos o símbolo da Casa da Mãe Maria o símbolo da luta de resistência contra a desterritorialização do povo de terreiro e do povo negro desta Cidade. Então, é importante frisar essa conquista, porque ela foi feita por vocês com muita luta na rua, com muito sofrimento, não poucas vezes abaixo de porrada da Polícia, abaixo de ameaça dos órgãos públicos. Então, essa é uma conquista feita com suor e sangue dos povos de

terreiro, dos povos de matriz africana, que merece ser saudada, que está reconhecida aqui.

E eu quero rapidamente tratar de um segundo tema, que eu sei que também o Ver. Janta propôs uma emenda, sobre a Guarda Municipal. Nós não conversamos, pensamos juntos no mesmo assunto, na mesma direção. Eu tive uma reunião, depois de um seminário no Simpa, com a Guarda Municipal, construí com o Diretor do DMLU, e apresentei um projeto de lei alterando as prerrogativas da Guarda Municipal. E quero falar com os nossos guardas que estão aqui – temos cinco colegas da Guarda Municipal –, e nós fechamos uma pactuação histórica para a Guarda Municipal: que esse Código de Limpeza Urbana vai significar a entrada da Guarda Municipal com poderes efetivos de fiscalização nas ruas da nossa Cidade. Então, isso é uma vitória, é uma conquista da Guarda, que o Ver. Janta consolida com uma emenda, que nós estamos junto, e, depois, vamos consolidar com uma alteração na lei da competência da Guarda, sem entrar em confronto com os fiscais da Prefeitura – outra categoria importantíssima. Eu não aceito debate de antagonismo nesse campo – fiscal contra Guarda, Guarda contra a Brigada. Não! Somos todos um único grupo no campo da segurança. E essa é uma conquista que merece ser comemorada porque, a partir de agora, a Guarda não vai ficar olhando as irregularidades, ela vai ter o poder de, efetivamente, dar o “canetaço”, dar a multa e ser respeitada pelo cidadão, como merece pela Instituição, pela história que tem. Então, parabéns por essa conquista, parabéns ao povo de terreiro também por essa grande conquista.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo o Requerimento de autoria do Ver. Engº Comassetto, solicitando que seja votada em destaque a Emenda nº 10 ao PLCE nº 012/13.

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Secretários, funcionários desta Câmara, povo que aqui nos assiste, em especial o povo de terreiro, eu subo aqui nesta tribuna para pontuar duas situações. A primeira, parabenizar o Secretário André Carús pela sua dinâmica, pela sua divulgação e orientação junto às comunidades. Eu,

pág. 30

que participei de dois debates em comunidades diferentes, lembrava que educação é o que faz a diferença. Lembro-me, quando era garoto, da figura do Sujismundo – figura que existia para trabalhar a educação junto às crianças sobre a limpeza de sua cidade.

Outro ponto que destaco aqui, infelizmente, pois não gostaria de estar discutindo um ritual de matriz africana dentro desse projeto, mas, infelizmente, nós temos que estar sempre alerta para que não nos induzam, não induzam as pessoas que desconhecem e não só as que desconhecem, mas as mal-intencionadas. Então, esse respeito com o ritual, esse respeito com a religião é importantíssimo.

E nós, aqui, havíamos feito também uma emenda no tocante, infelizmente – eu gostaria de dizer que é infelizmente mesmo –, aos rituais, para que nenhum desavisado ou mal-intencionado leve e destaque e acabem as oferendas aos nossos orixás sendo tratadas e multadas como lixo.

Como disse o Ver. Alberto Kopittke aqui, a religião de matriz africana, para quem não sabe, é a que mais trata com respeito a natureza. O centro da religião é a natureza. Então, senhores, eu até tinha feito um destaque aqui ao inc. XI do art. 41, que é necessária uma revisão final do texto legal e a inserção de uma vírgula, que foi omitida, após o término da palavra “umbanda”. Ou seja, foi retirada e aí nós já conversamos e também existe uma... Já houve essa emenda, mas houve um problema na confecção do texto. Infelizmente, uma vírgula que muda todo o contexto. Eu faço esta retificação, já conversei com o Diretor Carús e também assinei uma proposta que elucida melhor esse artigo, uma proposta de emenda. Quero dizer que essa é mais uma luta, estamos juntos e acostumados somos a lutar e a guerrear. Essa é mais uma luta que, graças aos orixás, nós vencemos. Existe muito mais a percorrer, muito, muito mais a percorrer. É com essa atitude de guerreiros, de guerreiros de orixás, de guerreiros de zumbi que temos que estar sempre atentos para que respeitem as religiões de matriz africana. Obrigado, senhores, e um axé bem forte a todos nós.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, senhoras e senhores presentes; nós temos um projeto que está sendo votado, um bom projeto, todas as manifestações favoráveis à aprovação do projeto, e, ouvindo o Ver. Delegado Cleiton com relação a respeito ao ritual de matriz africana, nós estamos de pleno acordo, está inserido no projeto, artigo 41, inc. XI, apenas estamos aqui para dizer o seguinte: das 18 emendas apresentadas, em 11 nós temos uma manifestação favorável do Governo capitaneado pelo nosso Secretário André Carús – onze! –, e apenas seis com sinalização de rejeição. Dessas seis, a nº 03 foi retirada. Portanto, ficariam rejeitadas a 11, que tem uma redação bastante extensa; a 12, que diz que só se aplica multa no caso da reincidência; na primeira incidência, o infrator participaria de um curso de quatro horas, e isso é difícil aprovarmos neste momento; a emenda 15 diz que fica proibida a incineração de resíduos sólidos urbanos no Município, ela também é de difícil aplicação; a 16 pretende revogar um artigo; e a 18 diz que o Executivo instituirá aquisição de equipamentos de frota própria de veículos em 20 anos. Acredito que é melhor nós não aprovarmos no momento; depois, é outra discussão. Portanto, repetindo: as emendas a que somos favoráveis, estamos pedindo votação em bloco. E nós temos apenas cinco emendas com sinalização de rejeição, que são as de nºs 11, 12, 15, 16 e 18. É isso, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, todos que estão nos acompanhando; de uma forma muito especial, os sempre presentes companheiros da matriz africana, da umbanda, que acompanham esta Sessão porque, se há um espaço de preservação da nossa natureza e da nossa cultura, esse espaço nós temos absoluta convicção de que é garantido por todos aqueles que professam a matriz africana e a umbanda. Isso nos torna, num momento como este, empoderados aqui para discutir esse Código de Meio Ambiente. Então, quero agradecer a presença de vocês porque ela nos traz essa perspectiva num outro patamar, inclusive no resgate da nossa

diversidade humana, cultural e ambiental. Queria fazer essa relação porque ela está presente neste momento nesta discussão.

Naturalmente que o novo Código tem avanços e tem limitações. E, nessas limitações, em articulações que foram feitas com o Governo, acho que todos nós, independente de oposição ou de situação, Vereadores desta Casa, demos a nossa colaboração no sentido de que, através dessas emendas, possamos vencer as limitações. Acho que a leitura atenta nos dá a possibilidade de dizer que há novidades apontadas pelo Executivo, a maioria trata do aumento da fiscalização, isso é importante, da utilização de provas variadas, da autonomia dos fiscais, de penas mais rigorosas, de inscrição de devedores em dívida ativa, além da já existente tarifa de limpeza urbana, e responsabilizar o gerador pelos resíduos em todas as instâncias. Aqui eu falo com propriedade, como farmacêutica, numa das nossas emendas, na política de logística reversa: quem tem que recolher o lixo gerado, o descarte gerado por medicamentos que são descartados, que são receitados além do necessário e descartados? Naturalmente aquele que o produz, e não a população. Essa é uma emenda nossa, que também trata dessa questão.

Quero dizer que, para garantir conceitos fundamentais da Política Nacional de Resíduos Sólidos – porque hoje temos, no Brasil, as políticas nacional, estadual e municipal –, a proposta do novo Código, como controle social, conceito de poluidor-pagador, destinação final adequada da política de logística reversa, gestão integrada, responsabilidade compartilhada e acordos setoriais e também no sentido de apoiar a profissionalização dos catadores para participação em todas as etapas, melhorando as condições de trabalho e renda, pois comunidades inteiras dependem da renda de resíduos recicláveis sem o devido apoio e sem as devidas políticas públicas, acho que vamos avançar, em Porto Alegre, nesse sentido. Fizemos as nossas emendas exatamente no sentido de contribuir, além de apoiar a emenda que o Dr. Thiago já havia apresentado, que é uma emenda muito importante, que corrige a redação para deixar clara, muito clara a exceção de multas a uma cultura; deixar claro, fora, é a exceção. É uma cultura de matriz africana e de umbanda, ali está exatamente aquele que vive o meio, trabalha a sua cultura, e esse que vive ama o meio, portanto, o protege. Esse não precisa de multa, ele é um protetor, ele é um adorador da natureza porque faz parte da própria cultura de matriz africana e de umbanda.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

As nossas emendas, a cobrança das multas de 20% nós estamos colocando para ser investida, prioritariamente, na melhoria da infraestrutura dos galpões de triagem e reciclagem, na instalação de esteiras automatizadas para triagem e seleção dos resíduos sólidos – isso aqui é trabalho decente para os trabalhadores e para os catadores –, o desenvolvimento do programa de incentivo e capacitação para transformação de resíduos recicláveis em objetos reutilizáveis e também a logística reversa como política prioritária. Temos também, além do Ver. João Derly e eu, que somos subscritores, a adesão da Ver.^a Fernanda Melchionna a esta emenda, o que é muito importante.

A nossa Emenda nº 09 prevê que a coleta automatizada de resíduo domiciliar por contêiner seja estendida aos bairros de maior densidade populacional até o final de 2016, e a todos os bairros nos anos subsequentes. Nós temos que estender a todos os bairros, começando, se não há ainda condições, com os bairros de maior densidade populacional, que é onde mora a maioria do nosso povo, os trabalhadores. Essa coleta seletiva de resíduos poderá ser realizada por contêineres automatizados, instalados junto aos contêineres de resíduo domiciliar. Naturalmente caberá ao órgão responsável estabelecer o prazo para essa adequação.

Creio que é um projeto muito importante, a Câmara está contribuindo, a população está contribuindo, e, sem dúvida, no decorrer do processo da sua implementação, com controle social, nós poderemos fazer avançar ainda mais esse Código. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhores que estão nas galerias; eu venho aqui porque apresentei um projeto quase idêntico ao projeto do nosso querido amigo, o Secretário André Carús. O meu projeto já estava tramitando há um bom tempo, mas, quando o Ver. André Carús, apresentou o seu projeto, que é um pouco melhor, é para o bem da Cidade e para o bem de todo o mundo, eu resolvi retirar o meu projeto de tramitação, para deixar tramitar o projeto do Executivo, apresentado pelo nosso André Carús. Então, senhores, se é para o bem da Cidade, sempre que tiver um projeto mais arrojado que o que nós apresentamos, acho importante

retirar, como também retirar as emendas. Às vezes, emendas só atrapalham: é muita emenda para cá, muita emenda para lá, e estragam o projeto original. O Executivo, às vezes, trabalha tanto para apresentar um projeto, e chega aqui e um de nós acha que o projeto está errado.

Então, quero dizer para os senhores que, para o bem da Cidade, para o bem de todo o mundo, eu retirei o meu projeto, e vamos aprovar o projeto do André Carús, do Prefeito, do Executivo, porque é importante para a Cidade, é importante para a comunidade, é importante para todo o mundo. O nosso voto, o da Bancada certamente é favorável.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Sr. Cláudio Janta está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu acho que hoje esta Cidade está ajudando, e muito, a população de Porto Alegre, principalmente o povo que mora nas vilas de Porto Alegre, quando traz esse projeto, Carús, de um plano de limpeza urbana na nossa Cidade. Hoje nós vimos as vilas da nossa Cidade virarem verdadeiros lixões. Eu tenho dezenas de fotos, no meu telefone, Ver. Tarciso, de carros largando entulhos e dejetos nas entradas das vilas de Porto Alegre. Porque ali tem um barraco, ali tem povo humilde, aquela entrada de vila pode virar um lixo, aquela entrada de vila pode virar um lixão, para ficar na cabeça das pessoas que quem mora ali não cuida da cidade e não quer que a cidade seja limpa. Perto da minha casa tem um posto de saúde e uma creche. Toda semana, Secretário do DMLU, um grupo de capina e limpeza do DMLU vai lá e tira três caminhões, Tarciso, de lixo; três caminhões de lixo, Ver. Idenir Cecchim, no Itu-Coinma – o senhor conhece bem o bairro, onde tem o posto ali –, três caminhões de lixo, toda a semana. Nós apresentamos uma emenda, acatada, depois que o Ver. Alberto Kopittke fizer a correção, os guardas municipais vão poder multar essas pessoas. Ainda ontem, mostrei uma foto para o Secretário, de um carro com um reboque largando entulhos de obras, galhos de árvores, e só posso mostrar a foto. Mas, a partir de agora, nós vamos poder multar esses porcos que sujam e poluem a nossa Cidade.

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

E também estamos garantindo que a nossa religião afro, nossa umbanda, o candomblé, o nosso batuque, possam exercer com supremacia a religião que tanto ajuda a todos nós em momentos difíceis. Então, eu acho que é um avanço. Nós vamos poder fazer as nossas oferendas na água, no mato, nas esquinas, trazendo muito axé, muita proteção para o povo de Porto Alegre, muita saúde para o povo de Porto Alegre. Eu acho que isso é um grande avanço, e a vitória é da todos, pais e mães, que estão aqui hoje trazendo o seu axé para esta Casa. A vitória é do governo, é da população de Porto Alegre, é da Câmara de Vereadores. Todos juntos construímos um grande plano de limpeza urbana para Porto Alegre. Com certeza, a nossa Cidade vai ficar melhor para todos nós vivermos. Com certeza, as nossas vilas terão um pouco mais de dignidade não se permitindo que as pessoas achem que entrada de vila é depósito de lixo. Com força e fé a cidade de Porto Alegre vai avançar na defesa dos trabalhadores e respeitar todos os credos e religiões da nossa Cidade. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo a Subemenda nº 01, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna e da Ver.^a Any Ortiz, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 012/13

Apregoo o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita seja votada em destaque a Subemenda nº 01 à Emenda nº 17 ao PLCE nº 012/13.

Apregoo o Requerimento de autoria do Dr. Thiago, que solicita seja votada em destaque a Emenda nº 02 ao PLCE nº 012/13.

A Ver.^a Any Ortiz está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

A SRA. ANY ORTIZ: Boa-tarde senhoras e senhores. Eu não pretendo ocupar os meus cinco minutos, mas ouvindo a fala do Ver. Janta tive que vir a esta tribuna me pronunciar. Janta, não só recebi denúncias, mas muitas vezes também presenciei caminhões despejando lixo de restos de construção, galhos e todo tipo de entulho na Zona Norte da nossa Cidade. Eu vi na Zona Norte, mas com certeza isso acontece na Zona Sul. Na orla do Guaíba, a gente pode acordar e ver todos os dias entulhos, montanhas de entulhos ali. Esse projeto é muito bem-vindo, Carús, inclusive quando o senhor veio apresentar este projeto na Câmara de Vereadores eu fiz questão de estar presente. Além disso, fiz questão de retirar um projeto que eu tinha, que era muito semelhante a esse, que estava

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

começando a tramitar nesta Casa, para que quem jogasse lixo na rua recebesse a devida multa. Como o projeto do Executivo vem de uma forma mais completa do que um projeto que pudesse sair aqui dentro desta Casa, fiz questão de receber das suas mãos o projeto e de retirar o meu projeto que estava em tramitação.

Além disso, muito a gente escuta falar que as pessoas que têm menos acesso à educação e fazem parte de uma classe social um pouco mais baixa sujam os córregos na frente de suas casas, os arroios, jogam lixo no pátio e acabam transformando muitas comunidades de Porto Alegre em comunidades sujas, em comunidades em que – o Carús pode até confirmar – muitas vezes, o caminhão do DMLU tem que ir lá um dia e, no outro dia, a gente já vê montanhas de lixo de novo.

Jogar o lixo no chão não diz respeito só às comunidades, não, e nem somente às pessoas que podem ser consideradas com baixa instrução. Eu tive o desprazer de presenciar, num dos bairros com o metro quadrado mais caro desta Cidade, que é o Moinhos de Vento, uma pessoa jogando um pacote de lixo para fora do seu grande carro, que estava estacionado lá. Isto, gente, é uma coisa que eu não consigo ver mais: um ser humano que consegue abrir a janela do carro e jogar um pacote de lixo para fora.

Agora, nós, cidadãos de Porto Alegre, vamos poder registrar atitudes como essa, vamos poder encaminhar para o DMLU e, assim como temos os fiscais de trânsito, nós vamos ter os fiscais nas ruas, que vão poder aplicar a devida multa para esse tipo de pessoa; e eu não posso chamar isso de pessoa, porque alguém que tem a capacidade de abrir a janela do carro e jogar um pacote de resto de comida e caixas para fora não pode ser tratada aqui como tal. E eu não vi só uma vez isso, eu vi mais de uma vez. Então é muito bem-vindo o projeto do Executivo. Pode contar com todo o nosso apoio.

Também sabendo – e eu posso ficar mais tranquila – que a emenda foi retirada, a que tratava das manifestações religiosas, e não só da umbanda, porque tem outras tantas manifestações religiosas. Até mesmo a religião católica, nas suas procissões, muitas vezes, deixa uma grande quantidade de serragem, resto de plantas ou flores. Isso também poderia, a critério de um fiscal, ser considerado lixo.

Eu acho que nós devemos respeitar a Carta Magna e respeitar a Constituição, que diz que todos aqui temos liberdade de expressão e liberdade de religião. Então, se isso está assegurado, o meu apoio está cem por cento confirmado com esse projeto de lei. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Professor Garcia está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. PROFESSOR GARCIA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, público que nos assiste, este projeto é de muita grandiosidade e estava há bastante tempo sendo esperado pela população de Porto Alegre. Quero parabenizar o nosso companheiro, o Diretor do DMLU, André Carús, pelo excelente trabalho: conseguiu, num curto espaço de tempo – eu considero um ano um curto espaço de tempo –, à frente do Departamento, instituir o Código Municipal de Limpeza Urbana.

Hoje, nós ficamos, grande parte de nossas discussões aqui na Casa, colocando mais a questão do lixo em relação à questão das religiões afro. E sabemos que a religião, a própria Constituição Federal determina o livre arbítrio. Que bom, que nós temos o livre arbítrio de cada um professar a sua fé! Tristes serão aquelas pessoas que não têm fé.

Ao mesmo tempo, o projeto é muito complexo. Por exemplo, ele trata dos resíduos sólidos de limpeza urbana originários da varrição e demais serviços de limpeza executados nas ruas da Cidade. Coloca: resíduos gerados em imóveis residenciais ou não, resíduos produzidos por atividades ou eventos instalados em logradouros públicos.

Secretário Carús, eu sou daqueles que insiste em que os eventos deveriam ser cobrados, mas não quis fazer emenda. Mas eu acho que nós temos que evoluir ainda para isso. Quem causa, quem produz tem que ser responsável por isso. É uma lacuna, no meu entendimento, que ainda falta na Cidade. Quem faz um grande evento tem que ser responsável, também, pela coleta daquele lixo ou pagar por aquele lixo que ele produziu.

Também tem a questão dos resíduos públicos, e o Município trouxe para si dizendo que os resíduos de limpeza urbana gerados na execução do serviço de limpeza da Cidade serão responsabilidade exclusiva do Município. E que, também, o produto de capina, limpeza do meio-fio, sarjeta, ruas, e demais logradouros públicos deverão ser recolhidos no prazo máximo de 12 horas após a execução do serviço.

E, aqui, eu reparo que, muitas vezes, a dificuldade que o DMLU tem, embora a equipe seja ágil, em grandes eventos, grandes concentrações, se nós formos nos deter no texto,

especificamente das 12 horas, às vezes, não é tempo suficiente devido ao grande movimento.

Também fala sobre a questão do resíduo sólido ordinário domiciliar, que é a questão de material cortante, saco plástico, volume dos sacos, o condicionamento, a utilização dos serviços; fala, também, dos lixos, por exemplo, dos feirantes da cidade, os feirantes, artesãos, agricultores, expositores, deverão, permanentemente, manter limpa a sua área de atuação, imediatamente após o encerramento das atividades deverá o comerciante fazer a limpeza da sua área de atuação. Mais ainda, os vendedores ambulantes detentores de licenciamento em estabelecimentos e logradouros públicos deverão, obrigatoriamente, cadastrar-se no DMLU e também serem responsáveis pelo lixo produzido.

Tem, também, o capítulo dos terrenos baldios edificadas ou não no passeio. Isso é um problema, e foi uma evolução na Cidade; Porto Alegre durante muitos anos, tinha um terreno baldio que passava a ser um depósito de lixo. Houve uma evolução; hoje o Município tem o poder de adentrar o terreno, fazer a limpeza e cobrar do proprietário. Então são situações novas para as quais estamos evoluindo. Porto Alegre já é, sem sombra de dúvida, a Cidade que possui um dos melhores sistemas de coleta de lixo: duas vezes o lixo seletivo em toda a Cidade, e três o outro lixo.

Então, mais uma vez, eu quero parabenizar o nosso Secretário Carús por ter feito, nesse curto espaço, e por estar trazendo isso, que é um compêndio de várias leis, anexando a totalidade daquilo que pode ser produzido em Porto Alegre. Parabéns! Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, em outra oportunidade, já vim a esta tribuna para dizer que este Projeto é um daqueles em que se discute os conceitos de cidade e de cidadania. A nossa sociedade de consumo, cada vez mais, tem produzido resíduos que são dispensáveis para a vida das pessoas, mas que não são dispensáveis para a vida do planeta e da humanidade; e isso tem

gerado uma quantidade imensa de resíduos, sejam eles orgânicos, sólidos, secos. E aí, quando debatemos um código da limpeza urbana... Já conversei diversas vezes e debati, na imprensa, com o Secretário Carús, que, no nosso ponto de vista, o projeto faz uma adequação do novo marco regulatório nacional dos resíduos e do tratamento que os Municípios têm que ter. Nós achamos que ele pode ainda avançar mais, e quando eu falo aqui avançar mais, hoje tem um debate mundialmente chamado Lixo Zero, e, oxalá, que a nossa Cidade alcance o que Estocolmo já alcançou, o que Helsinque já alcançou, o que Londres já alcançou, onde as pessoas e a sociedade na sua totalidade fazem a reciclagem inversa dos produtos que consomem, e aqui eu vou dar alguns exemplos: a indústria da construção civil, toda a calça que é utilizada nós temos que ter uma política que faça a reversão dos seus resíduos; que se faça novamente tijolo, que se faça novamente pavimento, que se coloque aquilo nas pistas, que não se precisem fazer pedreiras novas, que em todas as podas da Cidade e capinas isso seja revertido para lixo orgânico, ou melhor dizendo, para o adubo orgânico que vai para a agricultura, e que a lenha seja utilizada nas olarias, nas pizzarias, nas padarias, e assim por diante. Então, esse é um conceito que o projeto não entrou conforme deveria entrar sobre o nosso ponto de vista. Nós sugerimos aqui uma Emenda e foi aceita até então, que o Município tem dois anos para fazer uma discussão com a Cidade, elaborar uma proposta e mandar para esta Casa, daqui a até dois anos, um projeto que trate da questão da reversão total, ou seja, o Lixo Zero. E aqui os nossos visitantes, hoje, que estão sempre presentes nos debates da Cidade, os religiosos na sua grande maioria da matriz africana, entra aqui nessa visão, essa lógica de trabalho, porque todos nós produzimos lixo, produzimos resíduos, melhor dizendo, e aqui nós sabemos que dentro da religiosidade não tem nenhuma religião que também não produza esses resíduos, todas produzem.

Bom, agora, se nós discutirmos e encontrarmos formas de adequar e trabalhar, e nós, particularmente, já fizemos muitos debates e não começou hoje, eu lembro há dez anos, quando a SMAM, junto com as religiões de matriz africana, fazia todo o ritual ambiental, porque é uma das religiões que é originária da natureza, da mãe África, com o processo da natureza. Então, as emendas que construímos aqui, tiram a possibilidade do debate da intolerância religiosa e trazem para a lógica da inclusão, da Cidade que incluía.

Então, Secretário Carús e todos os presentes aqui, estamos contribuindo para este debate e a proposição que fizemos é nesta lógica, ou seja, que possamos continuar no caminho e na direção da Cidade com Lixo Zero. Um grande abraço. Muito obrigado.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo a Emenda nº 19, de autoria dos Vereadores Alceu Brasinha, Reginaldo Pujol e Tarciso Flecha Negra, ao PLCE nº 012/13.
A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir o PLCE nº 012/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa-tarde, Presidente, é a primeira vez que discuto este projeto, assim como vários Vereadores discutiram antes de mim. Eu peço licença a todos e a todas, porque é um projeto muito importante para a nossa Cidade, queria Mãe Maria, pais e mães de santo, atuadores e pessoas que vieram acompanhar a importante Emenda do Ver. Cláudio Janta e do Ver. Dr. Thiago. Eu queria trazer três elementos para o debate: primeiro, a questão da importância de discutir a concepção de uma Cidade em que o lixo e a coleta do lixo e a educação ambiental, infelizmente, vêm sendo, historicamente, sucateados. Eu digo isso porque nós apresentamos algumas emendas no sentido de garantir elementos importantes nessa discussão, como, por exemplo, que um percentual das multas aplicadas em educação ambiental fossem direcionadas para garantir que haja não só a punição, mas que haja, sobretudo, um processo transversal de educação ambiental, que haja um processo de fiscalização aos grandes geradores de lixo e àqueles que usam subterfúgios para colocar nos bairros periféricos da nossa Cidade montes e montes de lixo ou entulhos. E nós sabemos que isso acontece lá na antiga Vila Dique.

Quando nós fomos vistoriar a quantidade de lixo ilegal depositado na antiga Vila Dique, nós vimos algo impressionante. E a população vivendo no meio daquele lixo, abandonado por pessoas que são contratadas para fazerem o despejo do lixo, mas que pegam ruas abandonadas, ou que não tenham circulação de carro, para colocarem ali os dejetos, pondo em risco a saúde da nossa população e transformando a nossa Cidade numa Cidade mais suja.

Mas eu queria debater um tema fundamental que, muitas vezes, não aparece no debate do Código, e que nós queremos fazer, qual seja, o quão nefasto foi a terceirização do lixo

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

na nossa Cidade. Nós tivemos, ao longo dos anos, a terceirização, em milhões e milhões de reais, daquilo que deveria ser executado pelo Poder Público, com o sucateamento do DMLU e conseqüente ataque aos trabalhadores daquele Departamento. Não é à toa que a Delta, aquela empresa picareta vinculada ao Carlinhos Cachoeira, teve contratos no valor de R\$ 50 milhões com a Prefeitura de Porto Alegre para fazer capina! Isso é muito grave, porque, ao se terceirizar o lixo, abre-se uma porta para a corrupção, abre-se uma porta para a dificuldade na coleta do lixo, em determinados bairros mais estreitos, porque as terceirizadas não têm os caminhões necessários para tirar aquele lixo de dentro das comunidades, como também pode transformar algo que pode gerar emprego e renda para catadores e recicladores num grande negócio para grandes empresas capitalistas. Para vocês terem uma ideia, em Itaocara, no interior do Rio de Janeiro, a Prefeitura economiza R\$ 100 milhões, por manter a questão do lixo dentro da esfera pública. Então, nesse debate sobre o Código, nós temos que fazer o debate do futuro. E, na minha opinião, o debate do futuro é uma frota pública, estatal, para garantir que o lixo não vire um grande negócio e para que não escoe dinheiro pelos ralos da corrupção. Para garantir que haja – e eu agradeço ao Secretário porque nós abrimos a necessidade de ouvir os catadores e os recicladores de lixo nesse processo – o debate da incineração como nós protocolamos. E, no momento da emenda, nós vamos discutir, porque é uma questão conceitual.

Mas eu também queria cumprimentar que algumas emendas importantes foram agregadas nesses trinta segundos que restam. E a emenda que coloca e que retira, obviamente, as oferendas das religiões afro é fundamental. Parece óbvio, Marcelo, mas não é óbvio numa sociedade em que temos muito preconceito, e que nós vivemos ainda diante de muita intolerância e que nós vemos em muitos lugares a perseguição às religiões afro-brasileiras que traduzem a melhor das lutas do nosso povo e que ao mesmo tempo são aquelas que têm seus cultos atacados quando tem projetos como o caso da Vila Tronco que passaria na casa da Mãe Maria e no Reino de Oxalá coisa que nós não vemos como em outras religiões como a católica ou as igrejas evangélicas, e vemos que na religião afro-brasileira existe esse ataque, e, infelizmente, isso é calcado na intolerância.

Então, Presidente, o óbvio precisa ser dito e nós precisamos aprovar essa emenda para garantir a liberdade de culto.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Apregoo Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, que solicita a retirada de tramitação das Emendas nº 12 e nº 16 ao PLCE nº 012/13.

Apregoo a Emenda nº 20, de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna, do Ver. Pedro Ruas e do Ver. Marcelo Sgarbossa, ao PLCE nº 012/13

Em votação o PLCE nº 012/13. (Pausa.) O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 012/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, senhores, querido Ver. Cassio Trogildo, Ver. Paulo Brum, Ver. Elizandro Sabino, eu pedi para encaminhar porque eu, o Ver. Reginaldo Pujol e o Ver. Tarciso fizemos uma emenda. Eu quero justificar porque eu estou fazendo essa emenda, Ver. Janta. Eu fui obrigado, por isso que eu vim aqui. Eu falo que as emendas são uma gambiarra e não vou deixar de falar, são uns puxadinhos. Então, senhores, eu quero justificar por que nós fizemos essa emenda – eu, o Ver. Reginaldo Pujol e o Ver. Tarciso Flecha Negra. Nós determinamos que quem ganha até três salários mínimos, Nereu, seja o cidadão que não tenha condições de pagar, que seja revertida essa multa em trabalho social. Claro, há pessoas que, de repente, tem que buscar uma reeducação e dá um problema e ele seja notificado, seja multado, querido Ver. Goulart, o problema está aí. Então, para quem ganha até três salários mínimos, essa multa seja revertida em trabalho social na comunidade, na região em que ele trabalha ou mora. Acho que fica bem, contempla também o cidadão que, talvez, tenha feito um ato errado.

Nós mesmos – estava falando ao Ver. Márcio Bins Ely –, na época de eleição, temos que cuidar dos nossos cabos eleitorais, que tem mania de jogar santinho no chão. Então, nós também temos que cuidar e fiscalizar, juntamente, não deixar permitir isso, Janta, não deixar permitir. Também quero dar os parabéns ao DMLU, ao nosso Secretário André Carús pelo belo trabalho que vem fazendo; esse projeto, realmente, vai trazer uma inovação para a Cidade. Parabéns, André, parabéns ao Governo e a todos que vão participar dessa votação. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação do PLCE nº 012/13.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, povo de religião, população que nos assiste, eu quero trabalhar aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, em três dimensões. A primeira delas é que nós estamos apresentando uma emenda, consideramos fundamental que ela seja acolhida, porque é uma emenda que trabalha no sentido da sustentabilidade, na busca do conceito “lixo zero”, da reciclagem, do reaproveitamento, da cadeia inversa, que é o único destino possível para as cidades que queiram sobreviver, para trabalhar o volume de consumo que hoje destrói a natureza, que dá alto custo para o Poder Público, portanto para os nossos impostos para a população brasileira. O segundo item da emenda também é muito importante, Ver. Eng^o Comassetto, que assina em nome da nossa bancada. É a extensão da coleta seletiva para a Cidade inteira. Nós estamos muito tímidos no tema da educação para a separação do lixo, da educação para a reciclagem. Estamos com os nossos galpões de reciclagem com pouquíssimo material; poderíamos triplicar o material de reciclagem, poderíamos ter muito mais eficiência na destinação do lixo seletivo, que hoje é carregado por caminhonetes, caminhõezinhos, Kombis clandestinas que lotam a periferia da nossa Cidade com o descarte da reciclagem e que deixam muitas, milhares, em especial mulheres, reciclando em condições péssimas, junto às suas próprias casas, com os seus filhos, como é na Vila Santo André. A Vila Santo André inteira vive dentro do lixo, e ninguém precisa, porque recicla, porque trabalha com resíduo, viver dentro do lixo. Isso é indigno, e nós entendemos que a política, neste Município, tem que alterar essa lógica e pode alterar essa lógica. Portanto, essa emenda acolhida, essa grande construção é muito importante para nós. A outra dimensão, Ver. Eng^o Comassetto, é aquela da reivindicação do povo de religião, das religiões afro, pois, toda vez em que tem alguma alteração ou discussão com o tema do lixo, volta a manifestação do preconceito com essa religião. E nós, no ano de 2011 – quero aqui recordar –, vivemos um processo lindo que muito me ensinou. Eu era Presidente desta Casa, e, ao fazer o Câmara na Comunidade em Ipanema, apareceu esse tema das oferendas, do resíduo das oferendas, da vela que queima árvore. Nós tivemos a alegria de todos os líderes religiosos virem para esta Casa, construírem uma cartilha, construírem uma orientação, afirmarem que quem faz isso, quem ainda fazia, é

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

por ignorância, é por não conhecer, é por não estar organizado, porque a religião de origem africana é ligada à mãe Terra, é ligada aos elementos da natureza, é de preservação. Todo sacrifício é para alimentação, é com respeito e que nós acreditamos muito nisso!

Por isso eu quero parabenizar pela construção coletiva da emenda que respeita essa construção, essa marca, esse jeito de ser, a religião que vem dos nossos ancestrais, que vem da nossa origem afro-brasileira. E nós queremos aqui, e teremos muito tempo e muito que fazer para reparar a profunda exclusão que foi feita não só com o povo negro ao escravizá-lo, mas com a sua manifestação cultural e religiosa por séculos no Brasil! (Palmas.) E é triste que, em vez de estar celebrando essa libertação e essa reparação, toda vez o povo tem que se movimentar para evitar mais segregação, mais discriminação, mais cerceamento. É triste, nós temos que fazer outra coisa, é reparação com ações afirmativas, com respeito, com dignidade, com cotas, com todas as ações, com financiamento, com os quilombos urbanos preservados, como nós vamos votar aqui a isenção de impostos para os quilombos urbanos na cidade de Porto Alegre, agora na sequência. Então, é isso que eu quero afirmar em nome da nossa Bancada, a Bancada do Partido dos Trabalhadores. Parabéns e viva a diversidade do povo brasileiro! (Palmas.) (Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Waldir Canal reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 02, nº 10, nº 13, nº 14, nº 17, destacadas, ao PLCE nº 012/13; e pela Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) O Ver. Dr. Thiago está com a palavra para encaminhar a votação o bloco das Emendas destacadas e Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 012/13.

O SR. DR. THIAGO: Eu quero ser bem breve. De forma muito fraternal quero saudar os líderes religiosos que se encontram aqui, com muito respeito, e dizer que nós construímos, com um grupo que nos procurou, duas emendas, e a prerrogativa sempre era a mesma: se nós tivéssemos consenso entre as Lideranças, nós avançaríamos. Com

relação à primeira, não houve consenso. E nós, com toda tranquilidade, no diálogo com vocês, a retiramos. (Palmas.)

E a segunda, eu acho que corrige a lacuna que poderíamos ter com a redação anterior, é só uma emenda de redação. Então, ela altera o inc. XI do art. 41, que passa a vigorar com a seguinte redação (Lê.): "... depositar em passeios, vias ou logradouros, riachos, canais, arroios, córregos, lagos, lagoas e rios ou em suas margens animais mortos ou partes deles constitui infração média, punível com os regramentos deste Código. Não fica sujeito às penalidades constantes nesse artigo quando da utilização de animais em cultos e liturgias de religiões de matriz africana e de umbanda".

Então, eu quero dizer que essa emenda, no nosso entendimento, corrige a redação anterior; ela enaltece, sublinha, revigora a necessidade e o respeito que todos nós temos que ter com as terreiras, com os líderes religiosos de matriz africana.

Quero fazer uma saudação toda especial, pois eu tenho três lideranças religiosas trabalhando no meu gabinete, junto comigo, e, sem dúvida nenhuma, não poderia ter uma conduta diferente, de profundo respeito, apesar de não cultuar a mesma religião, mas de profundo respeito não só às religiões de matriz africana, mas por todas as religiões.

Então, quero agradecer muito a presença de vocês neste plenário, nesta Câmara; vocês nos ajudam a corrigir eventuais distorções que os projetos possam ter, nos ajudam a corrigir uma liberdade religiosa necessária em nosso País. Parabéns pela participação de vocês! Parabéns ao DMLU, Ver. Carús, por ter proposto esse projeto e, sem dúvida nenhuma, por enfrentar um tema polêmico como este de peito aberto, pois a Cidade realmente precisa avançar. Muito obrigado. Era isso que eu tinha a dizer. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 02, nº 10, nº 13, nº 14, nº 17, destacadas, e pela Subemenda nº 01, destacada, à Emenda nº 17 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada por diversos Vereadores, a Emenda nº 15, destacada, ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 7 votos **SIM**; 20 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES.**

Em votação a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Essa é outra emenda construída junto com o Ver. Marcelo Sgarbossa, como a anterior, que tem uma coerência ideológica em dois aspectos que são fundamentais. Primeiro, a que, lamentavelmente, foi rejeitada por esta Casa, buscava ter uma ação preventiva da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Nós temos um projeto que tramita em relação à matéria, também com o Ver. Marcelo Sgarbossa, proibindo a incineração de resíduos sólidos. Até 2020, a partir de estudos que comprovam que a incineração faz mal à saúde, provoca câncer e uma série de outras doenças na população, os europeus não mais incinerarão o seu lixo. E as grandes multinacionais querem empurrar para os brasileiros e para as cidades brasileiras essa modalidade que, além de perigosa para a saúde, além de perigosa para o meio ambiente porque os resíduos que sobram da incineração são altamente poluentes para o solo, além de tudo isso, ataca renda e emprego de milhares de recicladores e catadores da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País. Então, é uma alternativa que custa ao Município milhões e milhões de reais. A Prefeitura já fez manifestação de interesse, mostrando uma sinalização política de ter uma prática temerária e perigosa à saúde, é verdade que antes da entrada do Secretário André Carús no DMLU. Portanto, queríamos colocar no Código, como um compromisso já desta Câmara, desta Cidade, deste Governo, de não incinerar os resíduos sólidos, mas lamentavelmente a maior parte dos Vereadores e, sobretudo, o Governo, foram contrários à aprovação da nossa emenda.

Essa segunda emenda trata do art. 41 do nosso Código Municipal de Limpeza Urbana, porque é verdade, Secretário, que é necessário apreender caminhões que saem para depositar lixo, ou para, em trabalhos ilegais, coletar os resíduos sólidos do nosso Município; as grandes empresas, ou pessoas, enfim, que estão organizadas para fazer disso um negócio ilegal.

Entretanto, é necessário diferenciar os carrinheiros e os carroceiros de nossa Cidade. Eu acho que é importante a diferenciação. Vocês sabem da nossa opinião quando tramitou a lei aqui: era necessário permitir ou a construção do carrinho elétrico, que foi uma proposta do Ver. Marcelo Sgarbossa para não tirar a alternativa de renda e emprego dessas

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

peças, ou manter os carrinhos para permitir que milhares de pessoas não fiquem abandonadas na nossa Cidade. Infelizmente, a lei que proíbe os carrinhos e as carroças, apesar de dizer que buscaria alternativas de emprego e renda para essas pessoas que sobrevivem desse trabalho e, ao mesmo tempo, ajudam a luta ambiental retirando os resíduos sólidos de nossa Cidade, forneceu cursos de artesanato, enfim, e pouquíssima gente conseguiu recolocação no mercado de trabalho. Ao contrário, ao mesmo tempo em que veio a política proibicionista, não veio uma política alternativa para esses carrinheiros e carroceiros, pessoas que, em geral, já estão em vulnerabilidade social e estão sendo jogadas, pelo Poder Público, na marginalidade. E, quando a injustiça se efetiva, nós nos posicionamos, porque não é possível conviver com uma ordem injusta que é jogar mais na pobreza quem já está pobre! Não é possível aceitar a lógica de que, para garantir os lucros exorbitantes das empresas terceirizadas que fazem a coleta, ganhando milhões e milhões de reais com a terceirização do lixo, se joguem centenas de pessoas na miséria, sem alternativa. A sua alternativa do carrinho elétrico era muito correta, Ver. Marcelo Sgarbossa. E, com essa emenda, nós queremos que, mais uma vez, não se criminalize a pobreza, porque nós sabemos que, no Brasil, quem é criminalizado são os pobres, são os pequenos; e os ricos e desonestos, os grandes sonegadores, os grandes crimes de colarinho branco ainda seguem impunes. O PSOL, apoiado pelo Ver. Marcelo Sgarbossa, não silencia diante dessa injustiça. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Idenir Cecchim, a Emenda nº 18, destacada, ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 6 votos **SIM**; 19 votos **NÃO**.

Registro minha intenção de me abster à votação da Emenda nº 18 ao PLCE nº 012/13.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 04, nº 05, nº 07, nº 08 e nº 09 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) Os Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Mario Manfro, a Emenda nº 11 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Em votação a Emenda nº 19 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA.**

Em votação a Emenda nº 20 ao PLCE nº 012/13. (Pausa.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Só uma correção, Sr. Presidente, quando eu encaminhei, eu encaminhei a Emenda nº 18 tratando da incineração, que foi falada também, e que essa se trata da emenda que excetua carroceiros e carrinheiros nesta perspectiva de não criminalizar a pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Waldir Canal): Está registrado.

Em votação nominal, solicitada pelos Vereadores Idenir Cecchim e Mario Manfro, a Emenda nº 20 ao PLCE Nº 012/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 17 votos **NÃO**.

Antes de votar o projeto, faço a seguinte observação: as Emendas nº 01, nº 03, nº 06, nº 12 e nº 16 foram retiradas de tramitação. A aprovação da Emenda nº 07 prejudicou o § 2º do art. 36 do projeto.

Em votação o PLCE nº 012/13 (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO** por unanimidade.

O SR. AIRTO FERRONATO (Requerimento): Caro Vereador-Presidente, estou comunicando que nós estamos retirando da priorização de votação da ordem do Dia de hoje o PLE nº 011/13, que dispõe sobre medidas relativas ao jogos e eventos relacionados à Copa do Mundo, FIFA 2014, no âmbito do Município, e dá outras providências, com Emendas nº 01 e nº 02.

(O Ver. Dr. Thiago reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Airto Ferronato. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. CLÁUDIO JANTA (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria pedir, em função de vários acordos que fizemos na semana inteira e para ficar registrado para a imprensa e para as pessoas que estão aqui, a verificação de quórum, para ver quais são os Vereadores que realmente estão cumprindo o acordo de ficar aqui e votar todos os projetos de interesse da Cidade. E, pelo jeito, alguns já estão indo embora, arrumaram coisa mais importante para fazer, geralmente, com a desculpa de que estão a serviço do seu mandato. Hoje, o mandato de todos nós, com a população de Porto Alegre, é votando até que hora for necessário, para que resolvam essas questões.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Solicito a abertura do painel eletrônico para a verificação de quórum. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico) Há quórum. Complementando a eleição da Mesa Diretora, eu tenho em mãos as chapas das Comissões Permanentes.

O SR. PROFESSOR GARCIA (Requerimento): Sr. Presidente, se V. Exa. permitir, antes de fazer a leitura, proponho também que seja feita a eleição do 3º Secretário da Mesa. Há uma indicação do PDT para o Ver. Márcio Bins Ely.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Feito o registro.

Passo a ler as Comissões e logo em seguida a escolha do 3º Secretário.

Comissão de Economia, Finanças e Orçamento e do Mercosul – CEFOR: composta pelos Vereadores Bernardino Vendruscolo, Aírto Ferronato, Cassio Trogildo, Guilherme Socias Villela, Ver. Idenir Cecchim. Há um indicativo de que o Ver. Idenir Cecchim seja o Presidente.

Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB: composta pelos Vereadores Paulinho Motorista, Cláudio Janta, Engº Comassetto, Alceu Brasinha, Pedro Ruas e Delegado Cleiton. Há um indicativo de que o Ver. Paulinho Motorista seja o Presidente.

Comissão de Educação, Cultura, Esporte, Lazer e Juventude – CECE: composta pelos Vereadores João Derly, Any Ortiz, Sofia Cavedon, Luiza Neves, Tarciso Flecha Negra. Há um indicativo de o Ver. João Derly ser o Presidente.

Comissão de Constituição e Justiça – CCJ: composta pelos Vereadores Reginaldo Pujol, Valter Nagelstein, Elizandro Sabino, Márcio Bins Ely, Nereu D’Avila, Waldir Canal e Marcelo Sgarbossa.

Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH: composta pelos Vereadores Alberto Kopittke, Séfora Mota, Mario Fraga, Mônica Leal, Fernanda Melchionna e João Carlos Nedel – e, aqui, vai um agradecimento à sensibilidade e ao espírito do Ver. João Carlos Nedel, que tinha o seu espaço, e passou à CEDECONDH para poder contemplar todo esse acordo.

Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM: composta pelos Vereadores Dr. Thiago, Paulo Brum, Jussara Cony, Mario Manfro, Lourdes Sprenger e Mauro Pinheiro. Em votação a nominata apresentada para a composição das Comissões Permanentes. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADA.

Em votação nominal a indicação do Ver. Márcio Bins Ely para o cargo de 3º Secretário da Mesa Diretora. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 25 votos **SIM**; 2 **ABSTENÇÕES**.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, a Indicação nº 068/13. (Pausa.).

A SRA. JUSSARA CONY: Eu quero votar “sim”, pedir desculpas por não ter conseguido registrar meu voto no painel, mas porque eu estava buscando cumprir o acordo feito com o Vice-Prefeito, no nosso gabinete, com a presença do Gil Almeida, e por organização do Líder do Governo. Nós tínhamos um projeto – quero deixar isso marcado aqui –, retiramos esse projeto, transformamos em negociação, em acordos políticos, que oposições consequentes podem fazer com o Município, em benefício da população. Quero deixar isso registrado.

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Márcio Bins Ely, a Indicação nº 068/13. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 19 votos **SIM**; 4 votos **NÃO**.

Em discussão o PLE nº 044/13. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) A Ver.ª Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 044/13.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Todos sabem sobre a nossa contrariedade quanto àquele projeto de 2011 que privatizou um espaço público importante da nossa Cidade, que é o Largo Glênio Peres, por isso, eu e o Ver. Pedro Ruas apresentamos um projeto de lei, que foi aprovado nas comissões conjuntas, revogando aquela legislação votada em 14 de dezembro de 2011, que, sem nenhum debate com a Cidade, tirou a Feira do Artesanato, tirou a Feira da Economia Solidária, tirou a arte de rua, que restringiu o uso daquele espaço, sendo que todas as religiões afro-brasileiras, assim como as entidades sindicais, sofrem para realizarem seus eventos. Então, infelizmente, o Largo Glênio Peres, Ver. Pedro Ruas, que se constituiu por ser um espaço democrático das manifestações culturais, populares, sociais, lamentavelmente foi vítima de um ataque do Governo. Este projeto, encaminhado agora, devolve a Feira da Economia Solidária. Então, nós votaremos favoravelmente. Esse projeto devolve, Ver. Aírto Ferronato, Líder do Governo, um dos aspectos que para nós é muito importante no Largo Glênio Peres, que é a possibilidade das atividades da rede de economia solidária fazer a sua feira, no seu espaço, ali, tradicional, como sempre ocorreu, resgatando a importância da atividade da economia solidária. Entretanto – eu sei que os permissionários estão aqui –, nós temos uma discussão conceitual em relação ao largo e todos conhecem a opinião clara e transparente do PSOL em relação a também voltar a feira do artesanato, para nós, isso é muito importante. Os artesãos têm sido sistematicamente atacados na nossa Cidade, sobretudo com a retirada da sua feira no largo. É uma feira que dura uma semana e que permite àqueles artistas, que são artesãos, exporem os seus trabalhos no Largo Glênio Peres.

A segunda discussão, que tem a ver com uma discussão de conceito de cidade, é sobre a necessidade de proibição de estacionamento no Largo Glênio Peres. Não é possível que os largos da nossa Cidade se constituem em verdadeiros estacionamentos. Não é possível que essa lógica carrocentrista se fortaleça de tal maneira que os espaços públicos se transformem em estacionamentos. Não é possível que nós não tenhamos a devolução dos espaços públicos para as pessoas. Não é à toa que o Largo Vivo faz as suas atividades. Não é à toa que existe a contestação dos grupos de teatro em relação a essa legislação que, junto com a Parceria Público-Privada, entre aspas, com a Coca-Cola, fazia parte de um projeto privatista, sim, do Largo Glênio Peres.

Então, nós apresentamos essas duas emendas, eu defendo elas de conjunto, porque elas melhoram e muito um projeto que é bom. Todos sabem que, quando um projeto é bom, nós votamos a favor, nós defendemos na tribuna. Devolver a economia solidária ao Largo Glênio Peres é muito importante, mas é muito importante também avançar na questão da concepção do Largo Glênio Peres: artesanato, proibição de estacionamento e valorização das pessoas acima dos carros.

A Sra. Jussara Cony: V. Exa. permite um aparte? (Assentimento da oradora.) Eu queria acrescentar, Ver.^a Fernanda, a importância do Largo Glênio Peres sobre algo que aprovamos, inclusive nesta Casa: as manifestações culturais e artísticas dos artistas de rua. Aquilo ali é um espaço para isso; essa é a nossa contribuição ao seu pronunciamento. O Largo Glênio Peres, que leva o nome de um grande Vereador, um homem que foi perseguido pela ditadura militar, e que deu importantes contribuições, inclusive para cultura da nossa Cidade.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Muito obrigada, Ver.^a Jussara Cony. A senhora tem toda a razão. Justamente por isso o largo leva o nome do Glênio Peres, que foi um defensor da democracia, que foi um defensor da cultura popular, que foi um defensor da ocupação pública dos espaços públicos, que foi defensor de uma Cidade que incluísse as pessoas e que buscasse, cada vez mais, espaços democráticos e espaços de convivência. Nesse sentido, então, nós apresentamos as duas emendas, e é por isso que nós queremos melhorar o projeto, já deixando aqui na tribuna a posição do PSOL favorável à inclusão da economia solidária no rol de atividades do Largo Glênio Peres.
(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 044/13.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, permissionários do Mercado Público que aqui estiveram à tarde toda, não arredaram o pé daqui. E, se eles não arredaram o pé daqui, é porque eles terão muitos prejuízos se o Largo Glênio Peres for novamente invadido, Ver. Alceu Brasinha. Depois de muitos anos de feira da pedra –

pág. 53

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

vocês lembram da feira da pedra, na frente, na pedra? –, muitos anos de vendas indiscriminadas na frente do Mercado, no lado do Mercado, vendendo tempero, vendendo cebola, vendendo alho, vendendo óleo, vendendo tudo, nós conseguimos dar uma organizada. Uma organizada não só no Largo Glênio Peres, em todo o entorno, mas principalmente o Largo Glênio Peres foi devolvido para a população. E ele é devolvido para a população de Porto Alegre; não só para o artesanato, só para isso, só para aquilo, para a economia solidária. Ele é para a população como um todo, que anda lá, que caminha no Glênio Peres, que passeia no Glênio Peres, que admira o Mercado de lá do Glênio Peres, que vai para o Chalé da Praça XV, de que nós temos orgulho, que olha para o largo municipal, que passa de lá e vai lá para a Rua Voluntários da Pátria, que vai para o abrigo dos bondes. Todos passam pelo Glênio Peres, mas nós temos algumas coisas importantes, a mais importante delas, a mais antiga, a Feira do Peixe. E nós votamos aqui que essa feira deveria permanecer no Largo Glênio Peres com aquele tamanho que ela merece; e o Mercado Público se integrou à Feira do Peixe, que vende peixe, e o Mercado Público também. Porém, a Feira do Peixe não vende muitos temperos, já o Mercado Público sim. Fazem uma integração na Sexta-Feira Santa e em toda a Semana Santa! E aqui se votou para que essa feira permanecesse.

Agora, uma parte dos Vereadores pediu, insistiu para que viesse o projeto da Economia Solidária a esta Casa, que se permitisse a Feira da Economia Solidária, novamente, que se desse mais uma oportunidade. Pois bem, o Governo Municipal atendeu. Os permissionários do Mercado Público e do seu entorno estão de boa vontade, isso é boa vontade, para não dizer “não” para tudo. Aí vêm as emendas de boa vontade também; a Ver.^a Fernanda tem boa vontade. Eu quero dizer que dentro do Mercado Público, no quadrante quatro, foram feitas feiras temáticas o ano todo para atender o artesanato. E existem feiras de artesanato em toda a Cidade! Eu mesmo, quando fui Secretário, fiz a feira de sábado, lá no Brique da Redenção, na Av. José Bonifácio, são 400 bancas que vendem lá esse artesanato. Então, eu acho que está bem atendido o artesanato.

Eu, se for somente a Economia Solidária, e com regramento, para que não tape todo o Largo Glênio Peres, eu espero que o Município faça um regramento e limite o tamanho da Economia Solidária, que não feche todo o Largo Glênio Peres! Parece que, ano passado, se limitou em 600 ou 800 metros, que se faça isso! Nesse caso eu votarei favoravelmente, mas só para a Economia Solidária! Nesses casos, atendendo aos colegas Vereadores

que são favoráveis, eu votarei a favor para a Economia Solidária, limitando-se o tamanho dessa feira também, mas que se respeite o nosso glorioso e tradicional Mercado Público de Porto Alegre! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alceu Brasinha está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 044/13.

O SR. ALCEU BRASINHA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, eu, antes de falar sobre a Feira Estadual de Economia Popular Solidária, quero fazer um reconhecimento. Eu estou há nove anos neste plenário e nunca tinha visto um amigo-secreto entre nós. Então, Ver. Cecchim, quero dar parabéns à Ver.^a Sefora Mota que implantou isso aqui, sendo que eu tirei de amigo-secreto a minha querida amiga Jussara Cony, e o meu amigo Cassio Trogildo me tirou. Então, quero dar parabéns a todos, porque foi uma confraternização que faltava aqui neste plenário. Parabéns, Sefora Mota, por tua atitude.

Agora, volto a dizer o quanto é importante o Mercado Público, o quanto é importante o estacionamento, o quanto é importante, querido Secretário Goulart – que passou a tarde de hoje neste plenário! E, certamente, o Secretário está aqui porque realmente quer o bem da Cidade, quer o bem do comerciante, quer o bem de todo mundo lá no Largo Glênio Peres. Eu, por exemplo, tenho vários amigos, Ver. Professor Garcia, Ver. Cecchim, quando se abriu a possibilidade de ter estacionamento no Mercado, pessoas lá do Lindoia, pessoas lá do Leopoldina, pessoas lá da Restinga, vêm até o Centro para comprar. E, se nós dermos oportunidade para colocar mais feiras, vai acabar com o estacionamento! E nós não podemos deixar esquecido o Centro, porque voltou a ter vida o Mercado, voltou a ter vida o Largo Glênio Peres! Então, senhores, eu sou favorável ao projeto da Feira Estadual de Economia Popular Solidária, mas não podemos também colocar mais feiras lá porque vai acabar com o movimento, vai acabar com as pessoas, com os empresários lá do Mercado, porque o Mercado Público contribui muito com esta Cidade, contribui com mais de 1.200 empregos diretos; e indiretos tem muito mais, uns dois mil, três mil, quem sabe? Então, quando eu falo em comércio, no pequeno comerciante, pequeno empresário eu vou defender, porque eu sei o quanto é difícil ter um

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

pequeno armazém, um pequeno mercado, uma pequena ferragem, uma pequena floricultura, é difícil manter no dia a dia. Costumo dizer que o empresário mata dois leões por dia e deixa dois para o próximo dia. Aí, quando acontecem os problemas...

Hoje, graças a Deus, o Centro voltou; o Chalé da Praça XV voltou. E se nós permitirmos que venham mais feiras para o Centro, acabam terminando com o Centro.

Então, senhores, eu acho que há outros locais onde se podem colocar as feiras para dar oportunidade de as pessoas venderem. Eu não sou contra quem quer trabalhar. Mas temos que arrumar espaço em outra área, em outro bairro, quem sabe até mesmo no Centro, mas não ali no Largo Glênio Peres.

Hoje, se há vida no Centro no sábado e na sexta é graças ao estacionamento. E eu lembro que eu fui por várias vezes com o Ver. Idenir Cecchim pedir que tomassem uma atitude, que fizessem o estacionamento. E tenho certeza absoluta de que qualquer um dos senhores cumpre rigorosamente com o pagamento dos impostos.

Então, penso que nós, Vereadores, temos que olhar com atenção, Ver. Delegado Cleiton, e não podemos deixar o centro enclausurado. Se hoje existe trânsito no Centro, se existe no Mercado Público, que é um verdadeiro centro da economia do Município, é graças à volta, à retomada do cidadão ao Centro de Porto Alegre. Então, senhores permissionários do Mercado Público, meus parabéns por vocês trabalharem e terem paciência, esperando, tanto tempo sem trabalhar, em função do incêndio. Mesmo assim, vocês nunca reclamaram. Vocês nunca saíram a reclamar, e sabendo da dificuldade que cada um de vocês enfrenta. Senhores, vocês estão de parabéns e, se Deus quiser, o Mercado Público vai ser reformado, vai ser reconstruído e isso vai dar uma vida nova para a Cidade e vamos arrumar um novo lugar, quem sabe, Ver.^a Fernanda, para ser colocada a feira de que trata a tua emenda.

Esta é a nossa posição: votaremos, sim, com o Governo; mas não votaremos com a Emenda da querida Ver.^a Fernanda, porque não podemos colocar mais feira lá, não tem como. Obrigado, senhores. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 044/13.

O SR. ALBERTO KOPITKE: Caros colegas, saudando aqui os permissionários do Mercado Público, neste ano fizemos uma homenagem aos bombeiros que lá trabalharam no combate às chamas, e vários colegas estiveram aqui. Ao que parece, ao que tudo indica, temos todos a mesma opinião, pelo que ouvi aqui do Ver. Cecchim: a valorização do espaço público. O Ver. Cecchim e o Ver. Brasinha saudaram a reconquista do espaço público, que antes estava, de certa forma, também, privatizado por espaços inadequados, desregulados, com falta de organização, a falta de boa atuação do Poder Público. Foi saudada aqui a recuperação do espaço público, e aquilo é o que mais valoriza o Mercado, e temos acordo nisso. Saudamos inúmeras iniciativas que foram feitas, mas é preciso enfrentar o tema do estacionamento. Talvez ele não seja resolvido hoje, Ver. Marcelo, tu, que és o nosso guia nesses temas.

A tendência de todas as cidades do mundo, nos grandes centros, é a pitonização – o termo é bonito, não sei por que tem esse nome: pitonização, que é transformar os centros em espaços para pessoas caminharem, sem estacionamentos, isso valoriza o centro. E o problema é que nesses 10 anos a Prefeitura não implantou o projeto do Ver. Aírto Ferronato do estacionamento subterrâneo. E nós temos que nos mobilizar pelo estacionamento subterrâneo. Eu quero falar, em nome da Bancada do PT, um termo que pode parecer estranho para alguns, mas não é na nossa concepção dentro dos marcos de proteção ao bem público, através de uma PPP, através de uma Parceria Público-Privada, eu duvido que grandes grupos não se interessam de fazer um investimento ali no centro, isso é o que vai valorizar verdadeiramente o Mercado. Fiz dois mandatos na rua, no sábado pela manhã, ali. Não dá para caminhar. Eu não vi a EPTC um dia nesses dois sábados, fora os que passo por ali, mas eu fiquei das 8h30min às 12h30min. Eu não vi uma vez a EPTC regulando o trânsito ali, é tudo por flanelinha. Está privatizado também. As pessoas não conseguem caminhar. Isso desvaloriza. É uma falsa ideia de valorização. Sei que muitas daquelas pessoas consomem ali, e isso é bom, mas temos que olhar o horizonte. O Mercado, efetivamente, o Centro, com a nova parte do Porto, a Almirante Negro, a nova orla precisa ter um grande estacionamento subterrâneo. Não foi feito nem projeto executivo, e teria financiamento, tenho certeza, do BNDES, do Governo Federal. A gente tem que sair das falsas soluções, pois acho que hoje o estacionamento ali é uma falsa solução, quero dizer isso. As pessoas estacionam ali, é uma quantidade relativamente pequena de carros, e, no estacionamento subterrâneo, daria para por cinco

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
023ª Sessão Extraordinária 19DEZ2013

vezes mais. E hoje estão ali ocupando. Então quero fazer um apelo à Bancada do Governo, ao Governo, por um projeto modernizante aqui. Alguns falam do passado e tal... Temos que olhar para o futuro da Cidade. Eu quero uma Cidade de ponta. E eu não entendo por que vou em todas as grandes cidades do mundo, vejo estacionamentos subterrâneos, e aqui não.

A nossa posição aqui vai ser contrária ao estacionamento com este objetivo. Não é o falso debate contra o Mercado. Pelo contrário, é o da valorização, e que a gente se mobilize, pois a Cidade vai ganhar, vai valorizar aquela região. Este é um ponto importante, além de saudar, obviamente, a feira. Acho que é importante quando é pactuado, como está se alcançando aqui com os artesãos. Não é um descontrole da realização de eventos, que acho que seria um erro e uma injustiça com quem efetivamente está lá no Mercado, mas abrir este espaço vai qualificar também, vai deixar vir essa arte dos artesãos. É importante lembrar, aliás, que a Prefeitura fez, neste final de semana, no domingo, um mercado paralelo ao Brique. A SEDA promoveu um debate que foi contrário aos comerciantes, e a gente tem que cuidar para que isso não aconteça. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Dr. Thiago): Transcorridas quatro horas desta Sessão Extraordinária, estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 20h15min.)